

Trabalho Final de Graduação
Arquitetura e Urbanismo

EntreLinhas

Discente: Mayra Fernandes
Orientadora: Prof. Dr^a. Arlete Maria Francisco

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Tecnologia

MAYRA FERNANDES

EntreLinhas

Revisão do Plano para o Parque Setorial de São José do Rio Preto - SP

Trabalho apresentado à disciplina Trabalho Final de Graduação III
da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP.

Orientadora Prof. Dr(a) Arlete Maria Francisco e Co-orientador
Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker.

Presidente Prudente
2012

Agradecimentos

Só foi possível realizar este trabalho com a ajuda de diversas pessoas. E agora quero agradecer a algumas de forma particular.

Aos meus pais que nunca mediram esforços para me apoiar e incentivar em toda a jornada da graduação.

Ao meu amigo e namorado Lucas pelos conselhos, correções, ajuda nas visitas de campo, tudo.

Aos meus amigos “de lá e da cá” pela ajuda que nunca me negaram, e alguns dele em especial como a Gabi e o Dri pelas longas caminhadas em Rio Preto, Lorena e Leticia que me ajudaram nas horas em que eu precisava de geografias por perto, e muitos outros.

Ao meu co-orientador, Arthur, por ter aceitado participar deste trabalho de livre e espontânea vontade.

E por fim aos meus mestres e, principalmente à minha orientadora Arlete por todos os ensinamentos, apoio e paciência.

“Ninguém deve contentar-se com o que lhe dizem. Deve averiguar se é verdade. Saber se é a única verdade e compará-la com a verdade dos demais. Há que procurar sempre o outro lado de tudo.”

(José Saramago)

Resumo

Este trabalho consiste na revisão do Plano elaborado para o Parque Setorial de São José do Rio Preto. Para isto procuramos estudar desde o surgimento do parque na cidade até a importância e influência que estes espaços podem exercer na cidade atual, passando, portanto pela conceituação dos próprios parques e por uma metodologia de análise própria elaborada a partir dos estudos bibliográficos. Elaboramos então Diretrizes Gerais para o parque, que propõem esta revisão, repensando os espaços de acordo com as necessidades da cidade atual. E por fim fazemos propostas de planejamento para um setor específico.

Palavras-chave: Parque Urbano; Espaço Público; São José do Rio Preto; Parque Setorial.

SUMÁRIO

Introdução	6
1 - Sistemas de espaços Livres.....	8
1.1 - Parques Urbanos	10
2 – O Parque e a Cidade.....	14
3 – Referências Projetuais.....	32
4 – O Projeto	37
4.1 – Uma nova proposta de setorização	37
4.2 – A área de intervenção	46
4.3 - Lazer	49
4.4 – O Desenho	50
4.5 – Análise do entorno.....	52
4.6 - Subsetores	59
4.7 – Fases do Planejamento.....	62
Considerações Finais.....	64
Referências	65
Bibliografia.....	67

Introdução

São José do Rio Preto localiza-se na Região Noroeste do estado de São Paulo e possui, segundo dados do IBGE, uma população de aproximadamente 408.000 habitantes e densidade demográfica 946hab/km².

A cidade está fixada em uma posição estratégica no estado que favoreceu, desde sua fundação, o seu desenvolvimento como capital regional, pois funciona como um ponto de ligação entre o Oeste Paulista e o Centro Oeste Brasileiro.

Ainda a respeito da cidade, esta pode ser classificada como de porte médio, devido ao seu número de habitantes e também porque numa divisão territorial do trabalho é um importante centro regional e, em função de ser elo de ligação entre outras cidades maiores e menores (SPOSITO, 2002, p.126). De acordo com a importância que ocupa dentro da rede de cidades, oferece uma gama variada de atividades e prestação de serviços, com um centro comercial forte e *shoppings centers*, bem como rede de infraestrutura

consolidada para uma cidade de tal porte, como a presença de um aeroporto.

O presente trabalho é resultado da necessidade de elaboração do estudo de Revisão do Plano para o Parque Setorial da cidade de São José do Rio Preto- SP. Este parque, por sua vez, surge a partir do Planejamento Paisagístico Municipal, realizado pelos arquitetos Jamil José Kfoury e Mithes Baffi no ano de 1977, para uma área que abrange aproximadamente 17 quilômetros de extensão por 300 metros, em média, de largura, e que funcionaria assim como área verde significativa para a cidade como um todo.

O objetivo deste trabalho, portanto, é explorar as potencialidades do Parque Setorial, que não foram totalmente atingidas no plano inicial, mas que também não se restringem somente a esta área. É a tentativa de renovar o plano para que possa ser aplicado em outras áreas, seguindo suas devidas particularidades. Assim, propomo-nos a estudar o projeto original e as atuais condições de conservação e apropriação da área e, por meio das novas diretrizes elaboradas que buscam a consolidação do parque com o

aproveitamento do espaço público, tentamos fazer com que este cenário não seja de mera passagem ou de indiferença no dia a dia das pessoas, mas que os indivíduos consigam apreciar e reconhecer a importância dele para a cidade.

Sabemos que os parques urbanos possuem para além das funções estéticas, a função de equilibrar diversos sistemas, naturais ou urbanos, a partir da vegetação ali presente, além de ser uma alternativa de lazer para a população geral. Por outro lado podemos verificar que, em muitos casos, tanto a questão de formulação, quanto de conservação destes espaços não tem sido prioridade dos poderes públicos. Desta forma, eles acabam se descaracterizando em alguns casos, como um espaço de lazer, esporte e recreação, mas nunca perdem sua importância para a constituição do sistema de espaços livres públicos da cidade.

Porém a problemática não gira em torno somente de se criar parques, mas também de proporcionar maior qualidade aos que existem no nosso meio urbano, através de projetos urbanísticos preocupados em garantir o direito e os anseios

do usuário, a ponto de estimular este a cuidar do espaço público. Portanto, buscamos o fortalecimento destes espaços por meio de diretrizes a serem seguidas pelo governo local, de modo que suas características estéticas e funcionais sejam modificadas positivamente.

Desta forma começamos a abordagem pelo entendimento dos sistemas de espaços livres, para que possamos compreender qual a real função destas áreas e de quem é a responsabilidade de criação e conservação. Posteriormente passamos para a conceituação de Parques Urbanos e na importância que estes espaços assumem dentro da cidade. Em seguida atingimos o nosso objeto de estudo, o Parque Setorial, estudando seu processo de formação e analisando como ele se encontra hoje, no que diz respeito a seus usos, apropriações e alguns outros fatores associados, concomitante a um breve estudo e contextualização da cidade de São José do Rio Preto. Há também a apresentação do projeto em si, onde justificamos e apresentamos o processo de elaboração das novas diretrizes para as áreas, bem como as próprias diretrizes.

1– Sistema de Espaços Livres

Segundo Schlee (2009), os conceitos surgem como ferramentas para identificar, descrever, qualificar e relacionar os diferentes elementos e aspectos da realidade, ajudando-nos a compreendê-los. Porém, ainda de acordo com a mesma autora, estes conceitos dizem muito a respeito do momento de sua formulação e não são ideias acabadas, mas sim compreensões limitadas ao grau de conhecimento do momento, mas necessárias para fundamentarmos o pensamento a ser discutido. Com base nestas afirmações, procuramos então conceitos chaves que nos ajudassem a melhor compreender o nosso objeto de estudo. Para isto precisamos discutir um pouco o que são os sistemas de espaços livres, entendendo também o que vem a ser o espaço público, e a definição de parques urbanos.

“A noção de sistema remete a um conjunto de elementos interconectados, de modo a formar um todo organizado” (SCHLEE, 2009, p.238). Ou ainda podemos dizer, de acordo com o que descreve a mesma autora, que sistema significa combinar, ajustar, formar um conjunto, e que

é composto de partes ou elementos e as relações entre estes. A compreensão de um sistema é importante para se esclarecer as relações de complementariedade e interdependência entre os espaços.

Para o desenvolvimento deste trabalho, vamos estudar as formas de espaços livres, e estes por sua vez, podem ser de domínio público ou privado. Começamos definindo-os da seguinte forma:

Os espaços livres públicos e privados, permeáveis e impermeáveis abrigam os movimentos e as paradas de coisas e pessoas. Têm como finalidade a sustentabilidade biofísica e social dessas atividades. São lugares onde todos podem passar, neles permanecer, andar e contemplar e trazem a sensação do bem-estar individual e coletivo, podendo até transformar a cidade. As grandes massas vegetais e a fauna autóctone, os elementos físicos como as montanhas, os lagos e os rios, o clima, são considerados espaços originais do lugar e permeáveis. Os espaços livres e impermeáveis são os destinados à mobilidade de pessoas e veículos como as ruas, avenidas, passagens, os quais, com os demais, criam volumetrias, cores e texturas responsáveis pela personalidade da cidade. (COSTA, 2009, p. 53).

Magnoli apud Schlee (2009, p. 243) define os espaços livres urbanos como os espaços livres de edificação, como

por exemplo, quintais, jardins públicos ou privados, ruas, avenidas, praças, parques, rios, florestas, mangues e praias urbanas, ou simples vazios urbanos. Já Lynch (1981) trabalha com os espaços abertos em contraposição aos espaços fechados. Enquanto Macedo et al apud Schlee (2009, p. 243) coloca que os espaços livres enquanto sistema, apresentam relações de conectividade e complementariedade, mesmo que não tenham sido planejados ou implantados de tal modo.

No que diz respeito somente ao espaço de domínio público, precisamos diferenciá-los do de uso privado, pois ele representa, segundo Martinez (2008, p.8), a expressão mais evidente dos anseios da sociedade. Segundo Hertzberger (1999), pública é a área acessível a todos a qualquer momento e a responsabilidade de manutenção é assumida coletivamente. Lidar com projetos que tratam o espaço público é, portanto, trabalhar ao mesmo tempo com um espaço de todos e ao mesmo tempo de ninguém. É muito mais do que respeitar somente normas de contratações e índices urbanísticos, é também saber balancear anseios e necessidades de um grande número de pessoas que

esperam que intervenções nestes espaços possam trazer melhorias para as suas vidas.

Ao estudarmos estes sistemas de espaços livres estamos, de alguma forma, procurando associar a eles significados que vão desde a sua estrutura, até suas características sociais e ambientais.

Os espaços livres urbanos constituem um sistema complexo, inter-relacionado com outros sistemas urbanos que podem se justapor ao sistema de espaços livres (sistema de objetos edificados e seu correspondente sistema de ações) ou se sobrepor, total ou parcialmente, enquanto sistema de ações. Entre seus múltiplos papéis, por vezes sobrepostos, estão a circulação e a drenagem urbanas, atividades de lazer, conforto, preservação, conservação, requalificação ambiental e convívio social. O sistema de espaços livres de cada recorte espacial, tanto urbano como rural pode apresentar maior ou menor grau de planejamento e projeto, um maior ou menor interesse da gestão pública em um ou em outro subsistema a ele relacionado. (SCHLEE, 2009, p.243).

Como já foi citado anteriormente, estes espaços podem assumir diversas formas e, para o desenvolvimento deste trabalho vamos nos atentar especificamente ao sistema de

espaços livres que configuram os parques urbanos, podendo trabalhar assim desde seu conceito até um pouco de seu histórico de formação.

1.1 - Parques Urbanos

Segundo Kliass (2003) o Parque Urbano é um produto da era industrial e nasceu a partir do século XIX, na necessidade de se dotar as cidades de espaços adequados a nova demanda social, atendendo, portanto ao lazer, o tempo do ócio, e contrapondo-se ao ambiente urbano.

Quando pensamos em um parque, a imagem que nos vem à cabeça é de um lugar bucólico e extenso relvado cortado por um lago sinuoso, transposto por uma ponte romântica e emoldurado por densos bosques, ou então um grande gramado envolvido por arranha-céus (MACEDO; SAKATA, 2003, p.13). Contudo, por trás deste estereótipo criado para esta categoria de espaço livre público, está sua real função de espaço estruturado por vegetação e dedicado

ao lazer da massa urbana, mesmo estando em constante processo de mudanças.

Consideramos como parque todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno. (MACEDO; SAKATA, 2003, p.14).

Os parques podem assumir diversas formas e funções de acordo com a maneira que estão dispostos nas cidades e devido aos equipamentos e mobiliários que o compõe. De acordo com Lynch (1981) existem seis tipos de espaços livres que podem ser considerados como modelos de design para o desenho da cidade. São eles: parque regional, parque urbano, praça, parques lineares, parques infantis e campos de jogos, e parques de aventuras.

Os parques urbanos, ainda segundo Lynch (1981), são espaços abertos, menores que os parques regionais, que se localizam no interior da área urbana, fazendo parte dela visualmente e são destinados à utilização diária de lazer e de carácter informal.

Esta paisagem é cuidadosamente concebida e muito bem cuidada. Estes parques, que nos são tão familiares, encontram-se no centro da cidade e em alguns bairros residenciais mais antigos. Têm problemas característicos de manutenção e da utilização excessiva, proporcionam ainda conflitos entre utilizadores e alguns problemas de segurança à noite. Apesar de tudo, são uma característica urbana muito apreciada. Em alguns locais, tornam-se a imagem central e o local de encontro de uma cidade. (LYNCH, 1981, p. 413).

Os parques lineares, por sua vez recebem este nome pela sua forma, pois se orientam de um destino para o outro. Geralmente o que ocasiona seu surgimento é a existência de algum curso d'água, porém atualmente vias de circulação principal também podem direcioná-los.

Para o desenvolvimento deste trabalho, a área escolhida em São José do Rio Preto, que será detalhada posteriormente, foi categorizada em dois tipos de sistemas de espaços livres, um devido a sua hierarquia e utilização atual – parque urbano – e outro atribuído especificamente a sua forma – parque linear.

No que diz respeito ao surgimento dos parques urbanos, pode-se dizer que a realidade brasileira é um tanto

quanto diferente da europeia, pois aqui, eles não surgem da urgência social de atender as necessidades das massas urbanas da metrópole do século XIX, devido até mesmo ao fato do Brasil não possuir, no momento tratado, nenhuma rede urbana expressiva, mas é criado como uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com os padrões internacionais, especialmente ingleses e franceses (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 16).

Já no século XX, o crescimento urbano no Brasil foi intenso, um processo em continua expansão, de forma que chegamos aos anos 90 com a maioria da população morando em núcleos urbanos. Porém, durante a primeira metade do século, os parques ainda eram construídos em pequeno número, concentrando-se em grandes cidades e ficando restritos a áreas centrais e a bairros de elite (MACEDO; SAKATA, 2003, p.34).

Só a partir da segunda metade do século XX, pelo aumento da densidade decorrente da urbanização, praças e parques passaram a ser feitos pelo país em larga escala, com sucesso

tanto político como social. Entre os novos hábitos estão o banho de mar ou piscina e as práticas esportivas, que surgem como hábitos da elite. (SAKATA, 2011, p.60)

Ainda de acordo com Sakata (2011), foi conservado nos parques o hábito do passeio contemplativo (também introduzido pela elite) por caminhos sinuosos em meio às árvores e em torno de lagos. Foram criados assim diversos parques em médias e grandes cidades, oferecendo possibilidades para o lazer ativo.

Podemos ainda dizer que os anos 70 consolidaram a figura do parque moderno, com programas mistos, agregando contemplação e recreação além de soluções espaciais bem elaboradas. É neste contexto que a cidade de São José do Rio Preto dá início ao projeto do Parque Setorial que será analisado posteriormente.

Segundo Macedo e Sakata (2003, p. 37), esta multiplicação de parques na segunda metade do século XX também faz parte de estratégias de *marketing* montadas pelos municípios a partir da criação destas áreas verdes

públicas, voltadas agora para todos os públicos e não somente para os segmentos mais abastados da sociedade.

Devemos lembrar que estas áreas possuem para além das funções estéticas, a função de equilibrar diversos sistemas, naturais ou urbanos, a partir da vegetação ali presente. Mesmo que Jacobs (2000) afirme que os parques não são os pulmões da cidade e que são as correntes de ar que circulam à nossa volta, e que não são os parques que evitam que as cidades sufoquem, não podemos negar que a vegetação possui atributos indispensáveis. Desta forma segue o quadro abaixo, onde é possível verificar diversas funções do sistema de vegetação para o meio urbano, bem como a importância da mesma.

Quadro 01 – Funções da Vegetação no Espaço Urbano

Composição Atmosférica
- Ação purificadora por fixação de poeiras e materiais residuais; - Ação purificadora por depuração bacteriana e de outros microorganismos; - Ação purificadora por reciclagem de gases através de mecanismos fotossintéticos; - Ação purificadora por fixação de gases tóxicos.
Equilíbrio solo-clima-vegetação
- Luminosidade e temperatura: a vegetação ao filtrar a radiação solar, suaviza as temperaturas extremas; - Umidade e temperatura: a vegetação contribui para conservar a umidade do solo, atenuando sua temperatura; - Redução na velocidade do vento; - Mantém as propriedades do solo: permeabilidade e fertilidade; - Abrigo à fauna existente; - Influencia no balanço hídrico.
Níveis de Ruído
- Amortecimento dos ruídos de fundo sonoro contínuo e descontínuo de caráter estridente, ocorrentes nas grandes cidades.
Estético
- Quebra da monotonia da paisagem das cidades, causada pelos grandes complexos de edificações; - Valorização visual e ornamental do espaço urbano; - Caracterização e sinalização de espaços, constituindo-se em um elemento de interação entre as atividades humanas e o meio ambiente.

Fonte: Gomes; Soares (2003).

Sendo assim, os parques devem garantir equipamentos urbanos, sem esquecer a qualidade arbórea. Outro fator importante é a distribuição dos próprios espaços pela cidade, pois o ideal é que esta distribuição seja feita de maneira mais igualitária entre os diferentes pontos da mesma. Espaços como parques e praças são capazes de atribuir maior valor às edificações implantadas ao seu redor, bem como garantir qualidade de vida mais saudável às pessoas que ali vivem.

Além dos fatores já citados, a implantação de um parque deve garantir e atender os anseios da população, pois ele traz consigo a valorização do espaço público, pois a administração destes espaços é feita basicamente através da administração pública em suas diferentes esferas, mas quando o projeto não atinge a população de uma maneira positiva, a área não obtém sucesso no que diz respeito a sua implantação.

É a partir destas considerações que desenvolvemos o projeto de revisão do Parque Setorial de São José do Rio Preto.

2 – O Parque e a Cidade

Como objeto de estudo deste trabalho temos o Parque Setorial, que também compreende o Parque da Represa, em São José do Rio Preto. O projeto do parque foi desenvolvido por Jamil Kfourri e Mirthes Baffi em 1977 e contempla um programa variado, que inclui diversas atividades esportivas, ao mesmo tempo que valoriza a presença da água e da vegetação (MACEDO; SAKATA, 2003, p.43).

No Relatório sobre Estudo de Urbanização da Cidade do ano de 1958, o autor Eiras Garcia já apontava como uma das principais falhas do planejamento da cidade de Rio Preto a falta de espaços livres. Devido a isto ele indicou, na lei de zoneamento, a construção de praças e parques públicos (TEODÓZIO, 2008, p.83).

Devido aos estudos apresentados na lei de zoneamento, datada de 1958, onde foi mostrada a necessidade de se ampliarem as áreas verdes do município, o poder público municipal começa a consolidar algumas

iniciativas duas décadas depois, a respeito do que viria a ser o parque setorial.

No ano de 1977 o prefeito da cidade contratou os arquitetos Jamil José Kfourri e Mithes Baffi para realizarem o Planejamento Paisagístico Municipal de Rio Preto (TEODÓZIO, 2008, p.123). Este planejamento foi composto por um plano de áreas verdes através de um conjunto de projetos e medidas de proteção do córrego Rio Preto e do córrego Piedade, incluindo o projeto do Parque Setorial. Para isto foram mapeadas as áreas livres e urbanizadas municipais e particulares nos vales destes córregos que viriam compor o parque (Figura 1).

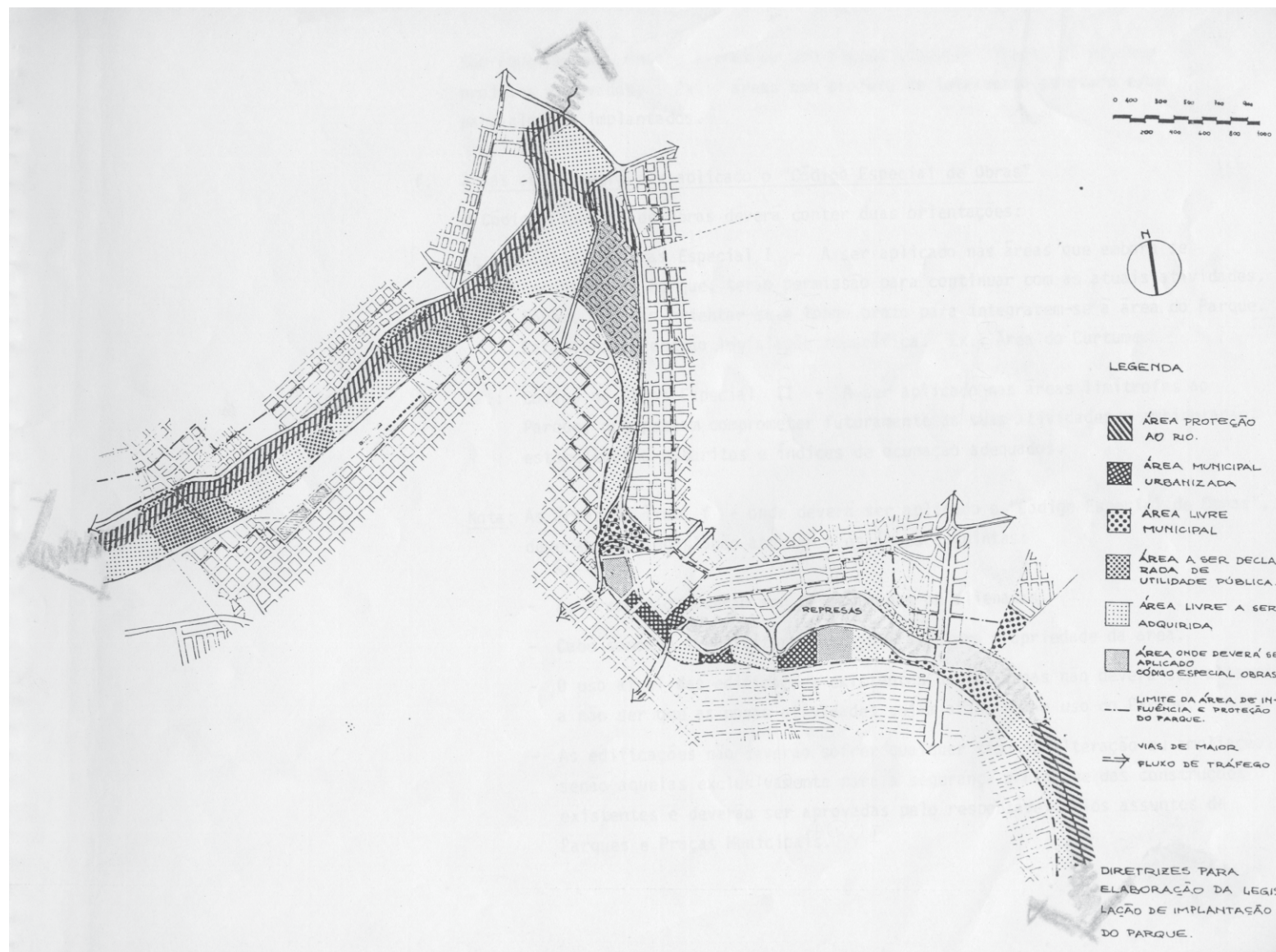


Figura 1: Mapeamento das áreas que iriam compor o parque. Fonte: Kfoury, 1980.

Este estudo apresentado acima delimitou áreas de proteção ao rio, áreas municipais urbanizadas, áreas livres municipais, áreas a serem desapropriadas, áreas a serem declaradas de utilidade pública e áreas onde deveria ser aplicado o código especial de obras, além do limite de influência do parque e das vias de maior fluxo.

O projeto proposto para o parque abrangeria, portanto, 17 quilômetros de extensão e aproximadamente 300 metros de largura, atribuindo-lhe grande importância como área verde significativa na cidade como um todo (GIMENO, 2010, p.13). Hoje a cidade de Rio Preto possui quatro parques: o Bosque Municipal; o Parque Ecológico; a Cidade das Crianças; e o Parque Setorial que abriga o Parque da Represa. Estes são responsáveis por um índice de 8,43m² de área verde por habitante, segundo dados do IBGE, mas que ainda está abaixo do recomendado pela OMS (Organização Mundial de Saúde) que aponta 12m² de área verde por habitante como recomendado.

A cidade possui uma grande quantidade de fundos de vale e estes podem ser tratados de maneira adequada à

contribuírem para o aumento do índice de áreas verdes, aumentando consequentemente a qualidade de vida das pessoas que vivem nesta cidade, e também contribuindo em alguns casos como alternativas de lazer para a população local.

Com isso, neste trabalho procuramos explorar as potencialidades do Parque Setorial, que por sua vez não foram totalmente atingidas no plano inicial, mas que também não se restringem somente a esta área. É a tentativa de renovar o plano e que possa ser aplicado em outras áreas, seguindo suas devidas particularidades. O parque tratado aqui possui uma forma bastante marcante dentro da malha que se insere, e muito disto se deve a sua dimensão espacial. Abaixo segue um mapa com a demarcação das áreas do parque bem como os córregos que de certa maneira nortearam esta formação, e também traz em destaque as principais vias de acesso (Figura 2).

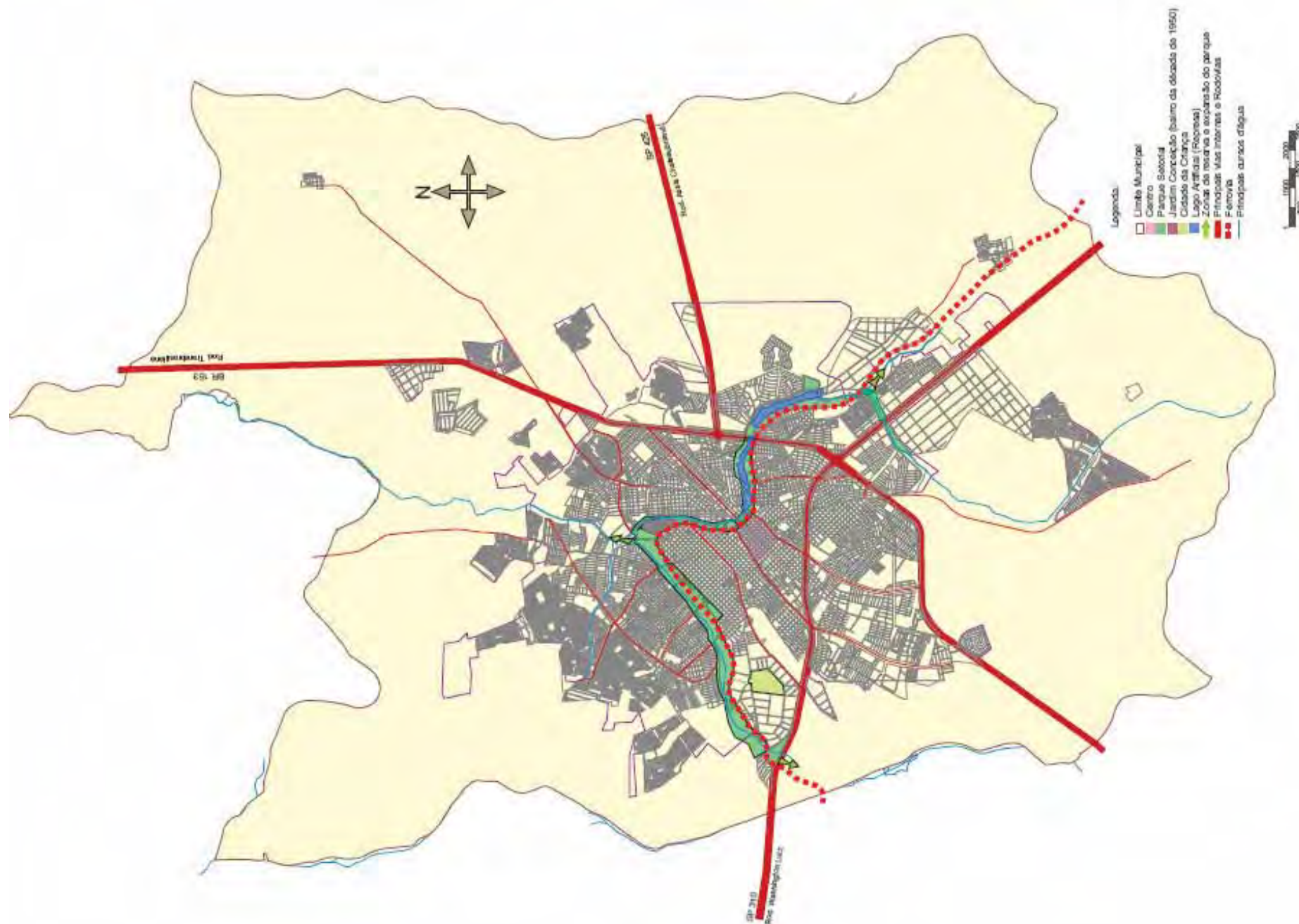


Figura 2: O parque na cidade e as principais vias de acesso. Fonte: PMSJRP. Elaborado pela autora; FERNANDES, 2012.

Em virtude desta sua grande extensão, o parque foi dividido em dez setores, nomeados de A à J. Estes setores receberam diretrizes de aplicação, e alguns se encontram ainda hoje “desocupados”. As intervenções podem não terem sido completadas muitas vezes por dificuldades de se aplicar as diretrizes indicadas inicialmente, como no caso de desapropriações, e outras vezes por simples falta de investimento do poder público local. Abaixo segue a figura que mostra a divisão do parque nos diferentes setores, e também o quadro que sintetiza os parâmetros a serem aplicados nas áreas (Figura 3).

Para que pudéssemos entender o parque como um todo, o trabalho começa a partir da montagem de uma forma de análise específica. Para isto foram trabalhadas obras e conceitos de Del Rio (1990), Cullen (1983), Lynch (1997) e Panerai (2006). Estes autores trazem, cada um de sua maneira, métodos de análise, que por sua vez nos permitiram a montagem de um método próprio, baseado no que nos era fundamental neste momento.

Segundo Del Rio (1990, p. 58) “o planejamento deve ser entendido como uma atividade de meio permanente, um processo indispensável à tomada de decisão”. Deste modo temos que um projeto de revisão do Plano para o Parque Setorial é uma atividade de grande importância, pois estamos tratando de dois momentos muito distintos da urbanização de São José do Rio Preto e as adaptações necessárias devem sempre ocorrer como um ciclo que não cessa. O mesmo autor sugere algumas etapas para se compreender os espaços, das quais utilizamos a análise visual, a percepção do meio ambiente e a morfologia urbana.

De acordo com Cullen (1983, p. 10) “uma cidade é antes do mais uma ocorrência emocionante no meio-ambiente. [...] É um tremendo empreendimento humano!”. Sendo assim, quando se mostra monótona, incaracterística ou amorfa, está à beira do fracasso, pois não cumpre sua missão. Para isto devemos descobrir como atuar nestes espaços dentro dos chamados limites de tolerância, atendendo a alguns sentidos. Para o autor, há três aspectos que devemos considerar: óptica, local e conteúdo.

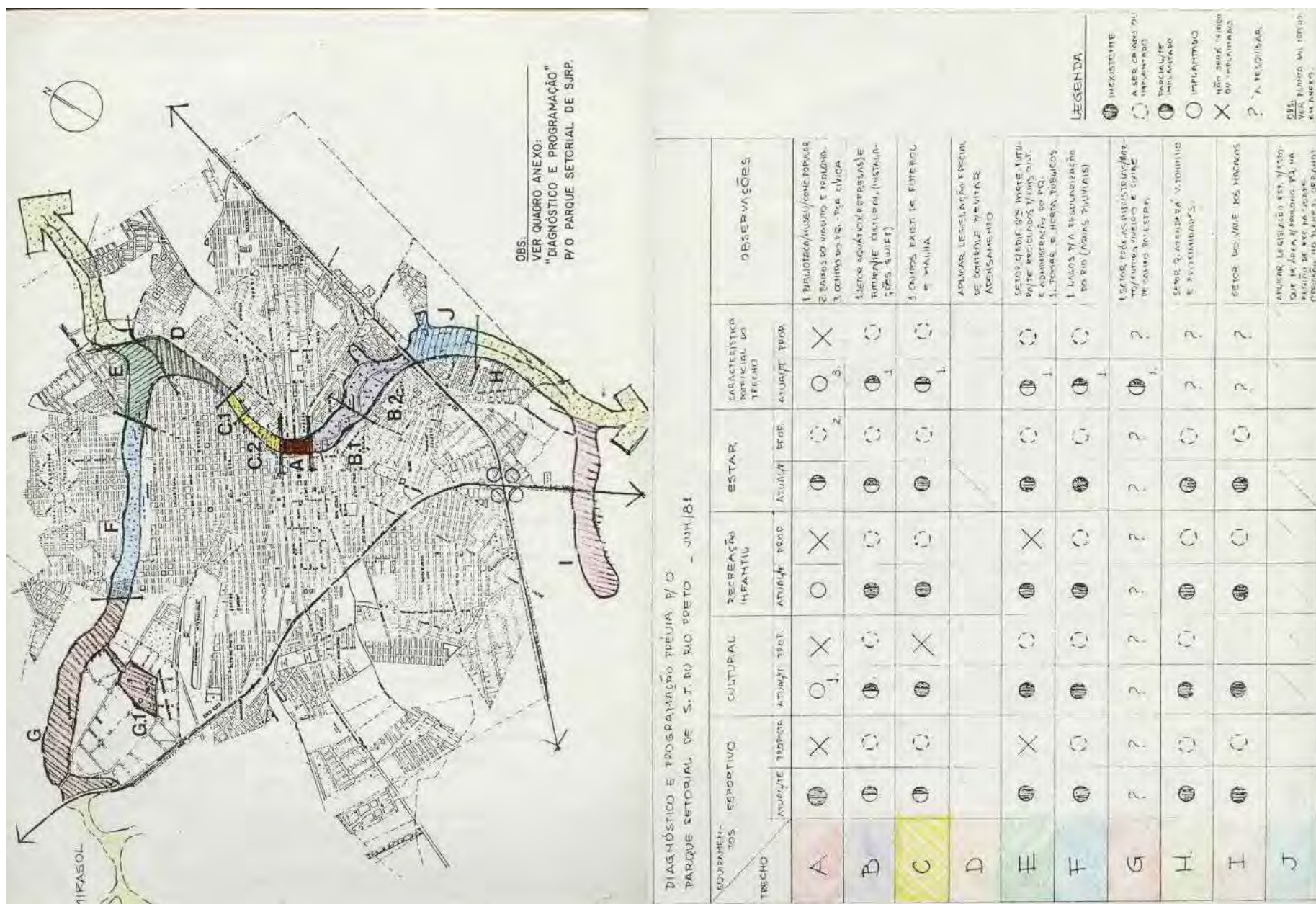


Figura 3: Divisão da área do parque em dez setores. Fonte: Kfour, 1980.

Conforme o método sugerido por Lynch (1997), há algumas características que devem ser consideradas para a compreensão de uma área: legibilidade, a construção da imagem, estrutura e identidade, e imaginabilidade.

Já Panerai (2006, p. 25) nos traz que “a cidade não é mais apreendida a partir de um ponto fixo, mas pelo deslocamento”. Este autor também nos sugere duas espécies de análise: a análise visual e a análise sequencial.

Desta forma, conseguimos, portanto, selecionar os elementos de análise nos que eram mais relevantes para a compreensão do Parque Setorial neste momento como um elemento macro e a relação que estes espaços estabelecem com a cidade num todo e com o entorno mais próximo. Assim através de visita de campo, e alguns produtos gráficos como imagens de satélite, fotografias, panorâmicas além de vídeos em diferentes velocidades, foi possível a identificação de elementos chave para um entendimento geral da área como densidade de vegetação, presença de equipamentos e mobiliários (sem se preocupar neste momento em caracterizar cada um destes), a relação que estas áreas

possuem com a malha que estão inseridas e se estão realmente inseridas nesta, e adequação de usos no espaço, quando existem. Consideramos que esta forma de análise é uma junção das metodologias apresentadas anteriormente, porém selecionando os elementos destas que nos eram mais relevantes, enfatizando as modificações do campo visual de um percurso, pois segundo Panerai (2006, p. 36) “a cidade não é apenas uma visão panorâmica, à *vol d’oiseau* ou em planta, com um ponto de fuga próximo do infinito”.

A partir da visita ao local e dos produtos gerados podemos apresentar então com maior propriedade a situação atual dos setores previstos no plano inicial.

O trecho A está contido na região central da cidade e compreende a Praça Cívica, contando com a presença marcante dos edifícios da Biblioteca Municipal, do clube Palestra e da Estação Ferroviária. É possível encontrar também nos estudos feitos por Kfoury e Mithes o projeto para a praça (Figura 4). No ano de 1997 a prefeitura da cidade realizou obras de revitalização na citada praça, impulsionada por intervenções na área central.

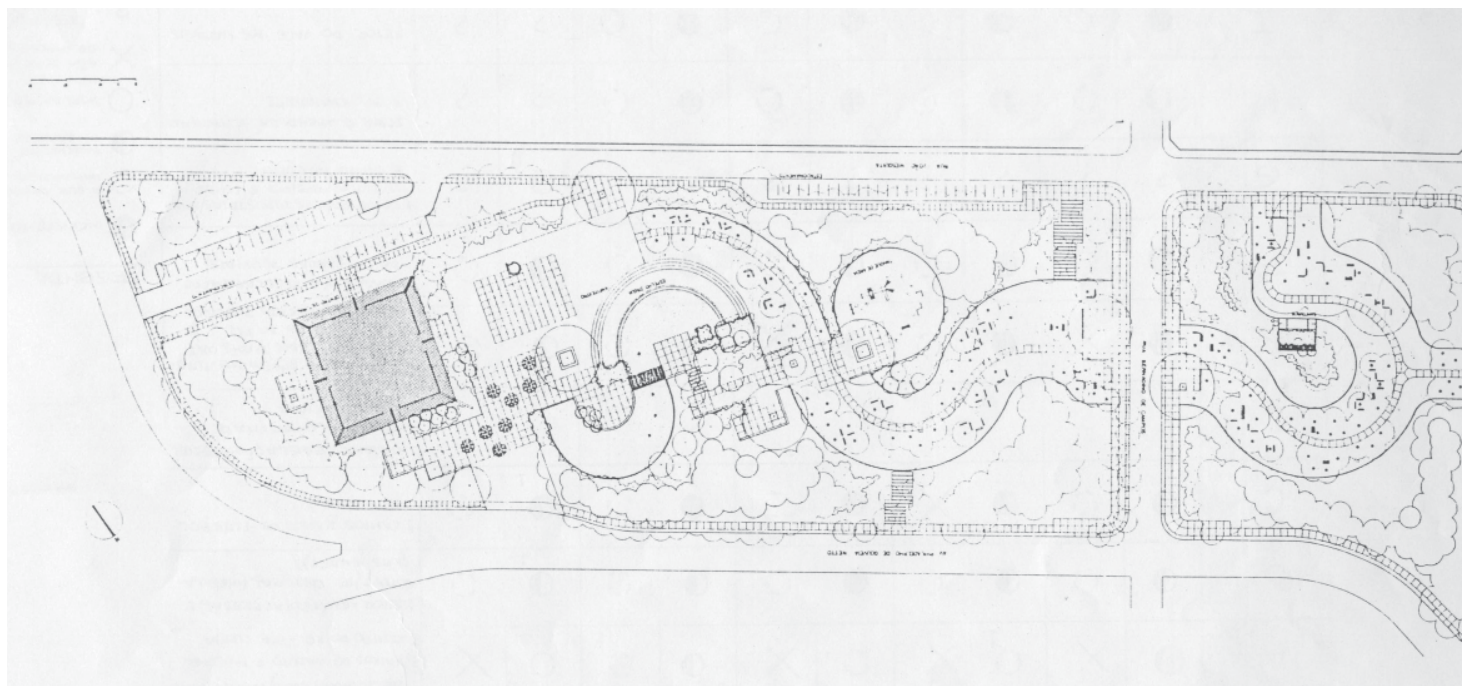


Figura 4: Projeto da Praça Cívica. Fonte: Kfourri, 1980.

A área da praça conta com a presença de equipamentos, porém acreditamos que existe uma barreira entre a ferrovia e a mesma, pois aquela possui grades e muro, e talvez a criação deste obstáculo faça com que o local fique enclausurado e seja pouco utilizado. E também estamos

tratando da região central que possui grande número de prédios antigos e poucas residências no entorno da praça, o que faz com que ela por si só tenha que ser um atrativo. Abaixo segue imagens que demonstram a situação da praça e a barreira criada pela estação (Figura 5).



Figura 5: A Praça e a Estação. Fonte: Visita de campo, 2012.

No plano inicial de Kfouri, o setor A era compreendido entre as Avenidas Bady Bassity e Alberto Andaló. Desta forma ele também programou uso de lazer para áreas que localizam sob alguns viadutos. Estes usos ainda ocorrem de certa forma, e podem ser reforçados de acordo com o planejamento realizado para o local (Figura 6).



Figura 6: O viaduto como espaço de lazer. Fonte: Visita de campo, 2012.

Já o setor B corresponde à área da Represa Municipal, e esta recebeu projetos feitos pelos mesmos arquitetos citados para o Parque Setorial (Figura 7). O trecho era dividido em B1 e B2, pois se tratava do Lago 1 e 2 da Represa, respectivamente.

Atualmente este é o setor mais utilizado do parque e conta com teatro de arena, pista para caminhada, lanchonetes ao redor (Figura 8), e estabelece relação com o antigo prédio da Swift, que também passou por processo de recuperação e recebe hoje exposições e eventos. Há uma intenção por parte do poder público, e que também estava prevista no plano do parque, de se criar espaços para recreação, esporte, lazer e cultura, e talvez este seja um dos motivos para ser o trecho do parque mais conservado e movimentado.

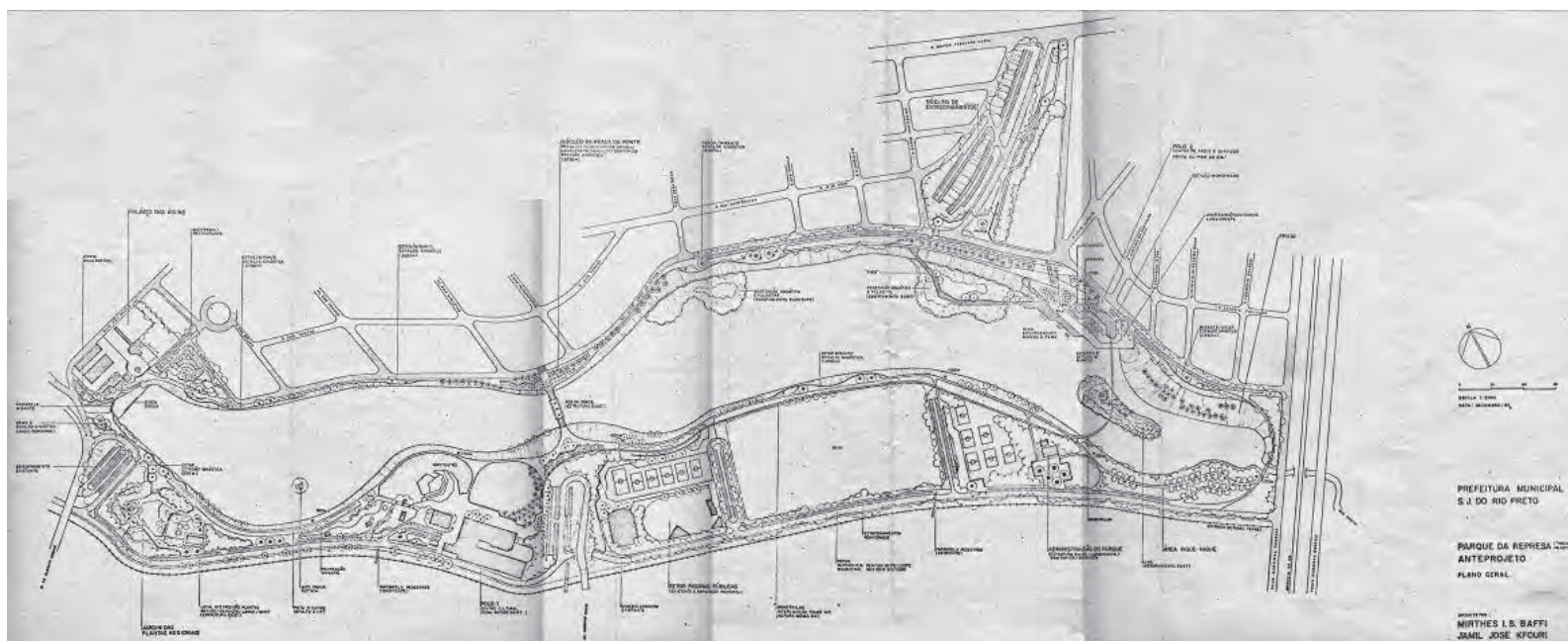


Figura 7: Projeto do Parque da Represa. Fonte: Kfour, 1980.



Figura 8: Situação atual do Parque da Represa. Fonte: Visita de Campo, 2012.

O trecho C, por sua vez, tinha propostas para se tornar um setor esportivo. Seu projeto também consta nos estudos feitos pelos arquitetos (Figura 9).

Atualmente, a área compreendida por este setor possui playground e quadras poliesportivas em bom estado de conservação (Figura 10). O grande desafio para este trecho é que a ferrovia funciona como forte barreira visual e física (Figura 11), e no decorrer do trajeto é necessário transpô-la em mais pontos de modo a garantir o acesso ao parque para as duas margens.



Figura 10: Situação atual do setor C. Fonte: Visita de campo, 2012.

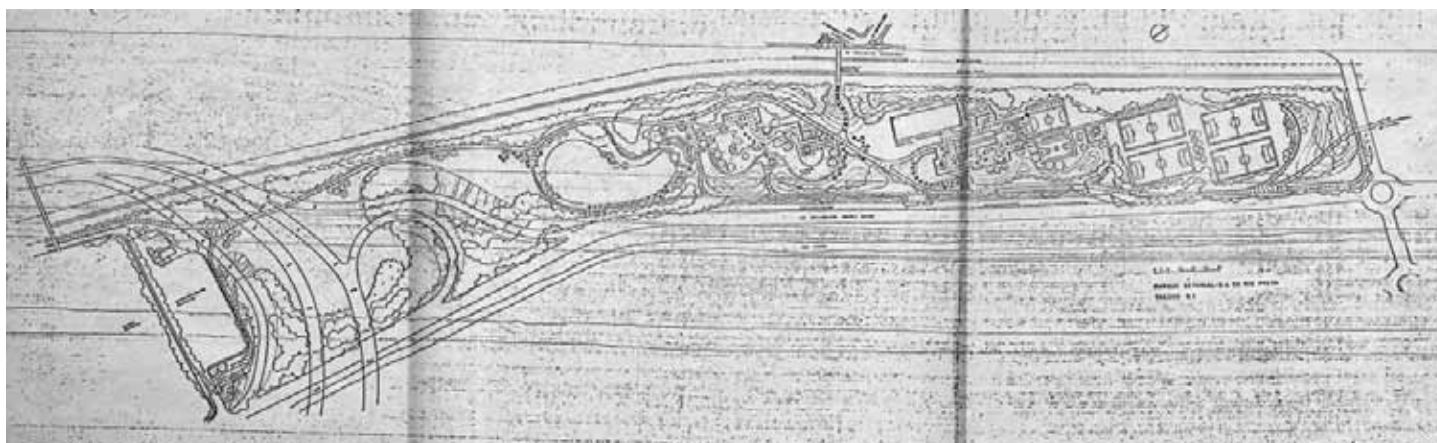


Figura 9: Projeto do Trecho C. Fonte: Kfour, 1980.



Figura 11: A ferrovia como barreira a ser transposta. Fonte: Visita de campo, 2012.

No caso do trecho denominado como setor D, podemos observar a formação de dois eixos bem distintos, isto porque ocorre a separação do parque em dois segmentos divididos através do bairro Jardim Conceição, que tem sua formação anterior à elaboração do plano para o parque. De um lado o parque segue o curso do Rio Preto concentrando, e atualmente está em processo de obras, onde receberá pista de caminhada, e passarelas estaiadas sobre o rio (Figura 12).



Figura 12: Obras nas margens do Rio Preto. Fonte: Visita de campo, 2012.

Já o outro lado acompanha o trajeto da ferrovia, onde esta funciona como o elemento mais marcante da paisagem e também continua sendo a espécie de barreira já citada no

caso do setor anterior (Figura 13), que deve ser transposta e que neste caso merece um projeto diferenciado do outro lado do parque.



Figura 13: A ferrovia e o bairro Jardim Conceição. Fonte: Visita de campo, 2012.

No que diz respeito aos setores E, F e G, estes não tiveram as diretrizes do plano inicial aplicadas as suas áreas por motivos já mencionados. Isto fez com que toda esta área, que agora acompanha o curso do Córrego Piedade e também

a Ferrovia, formasse paisagens quase que continuas e muito parecidas, resultando em grandes vazios com maior densidade de vegetação nas proximidades do córrego (Figura 14).

O que difere estes setores dos demais é a aproximação dos moradores com a área. Isto fez com que eles próprios realizassem pequenas intervenções nas

margens do parque (Figura 15), como a construção de bancos em diversos pontos, como se fosse uma manifestação natural de que ali devesse existir algum espaço de lazer.



Figura 14: As margens do Córrego Piedade. Fonte: Visita de campo, 2012.



Figura 15: Intervenções dos moradores nas margens do Parque. Fonte: Visita de campo, 2012.

No plano inicial os arquitetos ainda previam um subsetor denominado G1 que abrangia a área da Cidade da Criança e que deveria receber um eixo de ligação até o parque. Com o tempo o equipamento acabou se consolidando isoladamente dentro da cidade e hoje não possui mais relações com o parque.

Os setores H e J, por sua vez, compreendem o que conhecemos hoje por Lago 3 da Represa Municipal. Eram setores que na época não possuíam um entorno consolidado e eram programados até para servir como reserva do parque,

mas que hoje a situação se inverteu e seu entorno está totalmente consolidado. Há também nestes setores uma grande diferença entre uma margem em outra (Figura 16). Neste caso, além da ferrovia funcionar como barreira, ainda existe o fator socioeconômico da população adjacente que influencia de certa forma na paisagem, pois na margem do rio verificamos ocupações de um segmento mais abastado da população vivendo em condomínios fechados e do lado da ferrovia estão os bairros mais populares.



Figura 16: As diferenças na paisagem dos setores H e J. Fonte: Visita de campo, 2012.

Por fim o setor I corresponde ao Setor do Vale dos Macacos e não conta com a ferrovia ao longo de sua área, mas se desenvolve nas margens do Córrego do Macaco. É um setor que atualmente possui vegetação densa e poucas ou quase nenhuma forma de apropriação (Figura 17).

Atualmente, a área que compreende o Parque Setorial, segundo a Lei Nº 5135 de 24 de dezembro de 1992 (Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo) pertencente à Zona 10, as chamadas Zonas Especiais, compostas por vazios urbanos, trechos de vias públicas, áreas ou terrenos que, na

implementação do Plano Diretor, mereçam tratamento e regulamentação especial para melhor cumprirem sua função social, a critério da secretaria de planejamento municipal.

Através dos estudos realizados pelos arquitetos autores do plano, foi possível levantar uma grande área livre pública de potencial inquestionável para a cidade, capaz de melhorar a qualidade de vida da população local em questões ambientais, mas também como opções de lazer e estar para os moradores. Porém a não execução do projeto como um todo fez com que o parque se transformasse em algumas

áreas uma espécie de barreira, como já foi citado no decorrer do texto. Estes elementos só reforçam ainda mais a importância e necessidade de se rever este plano, pois além de termos que considerar as mudanças da cidade, onde a

realidade atual é diferente da trabalhada na década de 1970, estamos tratando de uma área livre pública de grande dimensão que merece planejamento e tratamento adequado.



Figura 17: Situação atual do setor I. Fonte: Visita de campo, 2012.

3 – Referências Projetuais

Para nos auxiliar na elaboração deste trabalho estudamos também alguns outros parques, que pudessem contribuir de alguma forma no processo de formação da nossa análise. Começamos, portanto com o caso de Piracicaba e o projeto Beira Rio, passando pelo do Parque Ecológico de Indaiatuba, analisando também um pouco do projeto do Parque da Juventude em São Paulo, e rapidamente o caso de um parque em Kiev na Ucrânia.

A cidade de Piracicaba, assim como inúmeras outras, desenvolveu-se em torno de um rio, e foi criando no decorrer do tempo fortes relações com este elemento, travando assim muitas lutas também para a sua conservação (OTERO & SOUZA, 2011).

A sede de progresso, especialmente no contexto desenvolvimentista por que passava o Brasil nas décadas de 1950 e 60, impulsionou uma série de melhoramentos urbanos, principalmente aqueles voltados ao principal símbolo do desenvolvimento do período: o automóvel. [...] A Avenida Beira Rio começou a ser implantada em princípios da década de 1960, destinada a ser uma importante conexão

por meio de uma marginal ao rio Piracicaba, com duas mãos de direção em quatro faixas de rolagem, estacionamento e canteiro central. Deveria acompanhar toda a frente urbana do rio, tornando-se uma barreira a separar a cidade do rio e suas margens. Felizmente a obra em sua concepção original jamais foi concluída. (OTERO & SOUZA, 2011).

Desta forma foi possibilitado que a cidade estabelecesse, portanto relações diretas com o rio. Porém com o tempo também vieram as degradações do espaço, o que fez com que em 2001 fosse instituído o projeto Beira Rio a fim de organizar as ações do poder público municipal em relação às obras de requalificação da orla e reaproximação do cidadão com o rio (OTERO & SOUZA, 2011, p. 38).

O projeto Beira Rio Piracicaba, na cidade de mesmo nome, em São Paulo, é outra intervenção brasileira recente de revalorização das margens ribeirinhas urbanas, baseada na abordagem integrada dos aspectos ambientais e urbanísticos. As intervenções foram sustentadas pela criação de um vórtice de envolvimento da comunidade local. [...]

[...] Na primeira etapa do projeto – a Rua do Porto – implantada em 2004, soluções paisagísticas foram acompanhadas por soluções hidráulicas, como o controle de vazão hídrica e da captação de águas pluviais. Incorporando o casario existente, projeto é composto de uma

sequência de espaços públicos mirando o rio. (MELLO, 2008, p. 142).

O que podemos citar como interessante deste projeto, além da escala urbana que atinge é, a relação que estabelece com o usuário do local, mesmo no processo de formulação do mesmo. O respeito pelas necessidades e anseios do público alvo, ou seja, a população como um todo, faz com que o projeto seja bem sucedido, fazendo também surgir nestas pessoas um sentimento de respeito e admiração pelo local, ajudando assim na sua preservação.

Para ilustrar algumas das intervenções feitas pelo Projeto Beira Rio Piracicaba, segue abaixo uma imagem que compara dois momentos diferentes do mesmo local, onde podemos notar uma grande valorização do espaço (Figura 18).



Figura 18: A Rua do Porto antes e depois das obras. Fonte: OTERO, 2012.

No caso de Indaiatuba o Parque Ecológico surge da necessidade de transposição do fundo de vale formado a partir do Córrego do Barnabé (BELO, 2009). No final da década de 1980 aconteciam as primeiras obras no local que ainda recebeu o nome de Parque Ecológico Presidente Collor, e possuía uma propaganda um tanto quanto emblemática como segue na imagem abaixo (Figura 19).



Figura 19: Slogan para o parque. Fonte: BELO, 2009.

O mais interessante deste projeto, sob autoria do arquiteto e urbanista Ruy Ohtake, é a criação de um eixo que corta a cidade em quase sua totalidade, produzindo uma grande área de intervenção, e abrigando até mesmo edifícios públicos como o da Prefeitura Municipal. Os espaços abrigam bosques, lagos, jardins, áreas de recreação, campos de futebol, vôlei, uma pista de bicicross, uma pista de skate profissional, uma raia de remo olímpico, equipamentos de ginástica, uma praça de eventos e um teatro multidisciplinar (Figura 20).



Figura 20: Um trecho do Parque Ecológico e a relação com a cidade.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=432377>

O Parque da Juventude, por sua vez, está localizado na zona norte no antigo bairro da Coroa de São Paulo, e surge a partir de um concurso promovido pelo governo do estado para transformação da área que era anteriormente

ocupada pelo Complexo Penitenciário do Carandiru. Os escritórios Aflalo & Gasperini e Rosa Grena Arquitetura Paisagística se associam e ganham o concurso, com o desafio de recuperar as áreas degradadas situadas ao longo da várzea do Tietê (KLIASS, 2006). Segundo a SINAENCO em pesquisa realizada no final de 2008, o Parque da Juventude foi avaliado por arquitetos, urbanistas, especialistas e usuários como o segundo melhor parque de São Paulo.

A área do parque é expressiva, ficando em torno de 240.000m², e sua implantação foi dividida em três faixas de implantação, que estão dispostas de leste a oeste, sendo a Esportiva, a Central e a Institucional. Abaixo segue um croqui elaborado a partir do projeto original do parque, onde podemos observar esta divisão do mesmo em áreas de implantação (Figura 21), ligadas por um eixo de circulação principal feito em solo-cimento, que parte das quadras, passa pela área central e chega aos pavilhões culturais recuperados da antiga penitenciária.



Figura 21: Implantação do Parque da Juventude. Fonte: croqui elaborado a partir do projeto original. Organização: FERNANDES, 2011.

A análise deste parque nos mostra a preocupação do projeto em preservar a memória do local, mas sem deixar de inserir novos equipamentos, até mesmo porque foram mudados os usos e as adaptações se fizeram necessárias.

Também é interessante ter o elemento que faz a ligação entre as diferentes faixas, mantendo uma continuidade e estabelecendo um desenho harmônico.

Por fim, podemos citar o exemplo do 23 *parks* em Kiev na Ucrânia, desenvolvido pelo escritório internacional *Maxwan Architects + Urbanists*. Neste caso notamos a elaboração de um projeto de um parque, composto de vários outros parques, por isso o nome, que se desenvolve no tempo. O parque acontece na encosta de uma montanha, e constitui por si só um elemento muito valorizado pelos ucranianos. A ideia é combinar o histórico com o contemporâneo, estabelecendo elementos de ligações entre os espaços. Abaixo segue uma ilustração que sintetiza a ideia principal deste projeto (Figura 22).

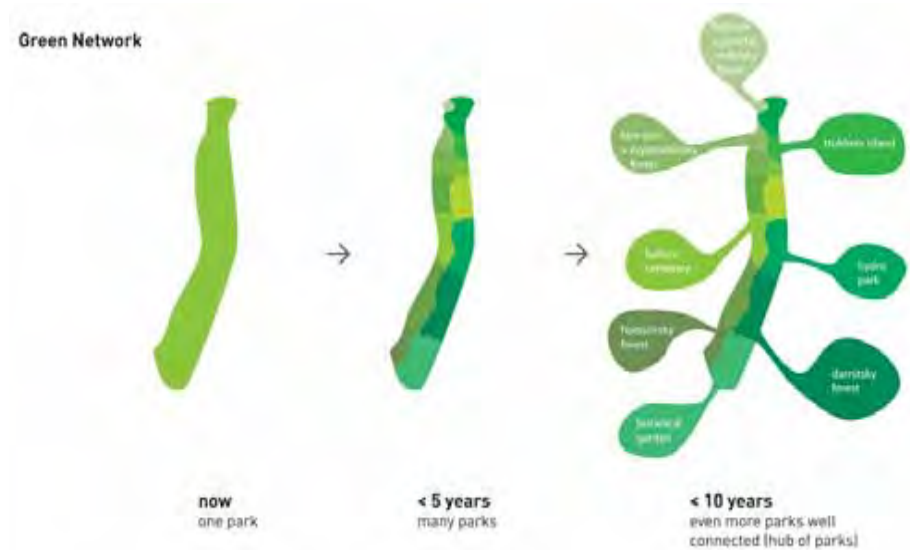


Figura 22: Muitos parques em um no decorrer do tempo. Fonte:

http://www.maxwan.com/selected-projects/23-parks/#/t_2773

A relação destas referências com o estudo do Parque Setorial, não é estabelecida esteticamente, porém conceitualmente, Auxiliando-nos na elaboração das análises e na indicação de usos para a área estudada.

4 – O Projeto

4.1 – Uma Nova Proposta de Setorização

Neste momento buscamos a elaboração de um Plano de Diretrizes Gerais para o Parque Setorial de São José do Rio Preto.

Depois de feitas as análises dos setores, podemos concluir que um dos problemas a ser enfrentado é a falta de conscientização com a conservação destes espaços, tanto por parte do poder público, quando por parte dos usuários, exceto as poucas intervenções que estes realizam nos espaços, mas que apesar de pequenas são bastante significativas. Desta forma, a partir deste trabalho procuramos agregar valores, não somente materiais por meio de equipamentos e mobiliários, mas de uma maneira que desperte nas pessoas um senso comum de preservação do espaço e este possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida destes moradores em diversos aspectos.

“A vida contemporânea é fortemente marcada por um descomprometimento dos

indivíduos com o seu entorno, incentivando-os a assumirem o papel de consumidores, em detrimento ao papel de cidadãos, portadores de direitos e deveres. Sendo assim, poder-se-ia dizer que as áreas verdes urbanas são possibilidades de revigoração do exercício da cidadania no conflituado contexto urbano.

Neste caso, na cidade contemporânea, o valor de compra tem supremacia em relação do valor de uso e as áreas verdes, aliadas à concepção racional do espaço urbano, destinam-se à eficiência e à eficácia do fluxo de veículos e de pessoas, tornando-se meros locais de passagem. Caracterizadas como “ilhas”, as áreas verdes são desarticuladas do convívio social e apresentam atividades marginais e de exclusão decorrentes da forma como a sociedade se organiza.” (COUTO, 2007, p.21)

Para encarar tal desafio acredita-se que através de um processo de planejamento do espaço, com o usuário fazendo parte do mesmo, a essência do lugar possa ser recuperada, e o respeito das pessoas por aquele lugar também. O objetivo é fazer com que este espaço seja mais do que uma mera passagem ou um cenário indiferente no dia a dia das pessoas, mas que, devido à importância desta área para a cidade, como já vimos, os indivíduos consigam reconhecer e apreciar tal lugar. Este objetivo pode ser alcançado a partir do momento em que se considera as formas de ocupação já

existentes, a cidade atual, os verdadeiros anseios da sociedade contemporânea, além de recuperar o verdadeiro sentido do que é um sistema de espaço livre público como já trabalhamos anteriormente, e como este parque linear urbano pode contribuir de maneira positiva para o espaço da cidade como um todo.

Sendo assim, primeiramente vamos nos atentar como a cidade de São José do Rio Preto expandiu a partir da década de 1970, que foi quando o plano inicial para esta área foi elaborado. Na imagem seguinte, temos diversas ilustrações que mostram esse desenvolvimento da cidade no decorrer do tempo (Figura 23).

Através das imagens, podemos notar eixos de expansão da cidade ao longo dos anos, como por exemplo, na direção sudeste, nas margens do Rio Preto e da Linha Férrea, mas também as margens do Córrego do Macaco, ou na direção norte, ainda nas margens do Rio Preto e do Córrego Piedadinha. Isto nos levou também a analisar estas áreas por meio de vista de campo e de imagens de satélite e chegar à conclusão de que o parque tinha a necessidade de ter suas áreas representadas de acordo com a cidade atual.

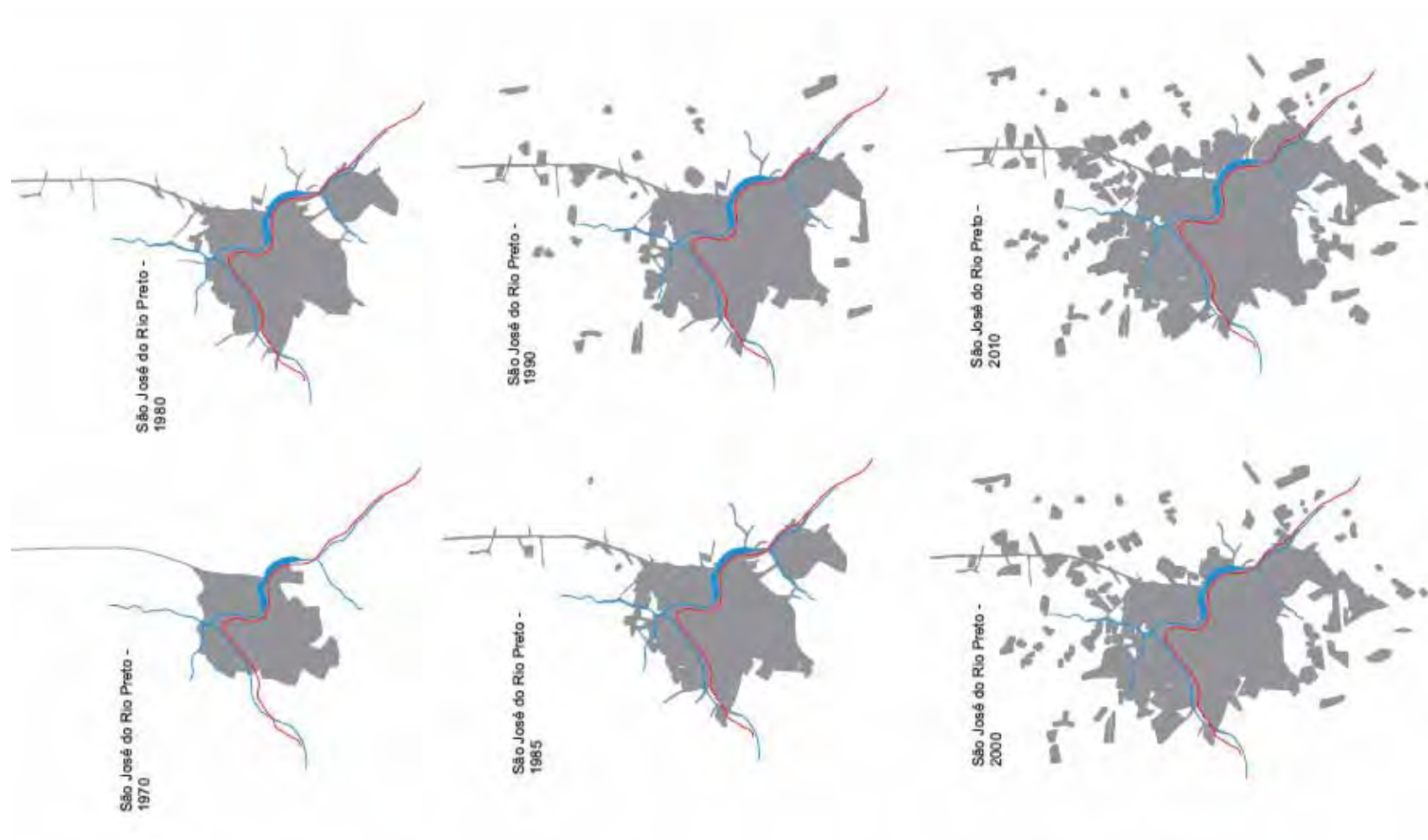


Figura 23: A cidade no tempo. Fonte: PMSJRP. Organização: FERNANDES, 2012.

O que procuramos fazer no decurso deste trabalho é criar através do Parque Setorial, eixos que integrassem estes sistemas de espaços livres, de forma que os mesmos pudessem se expandir de acordo com novas necessidades e mediante investimento do setor público. Para exemplificar este pensamento temos a imagem abaixo que nos traz a ideia de um parque que se expande e fortalece no decorrer do tempo (Figura 24).

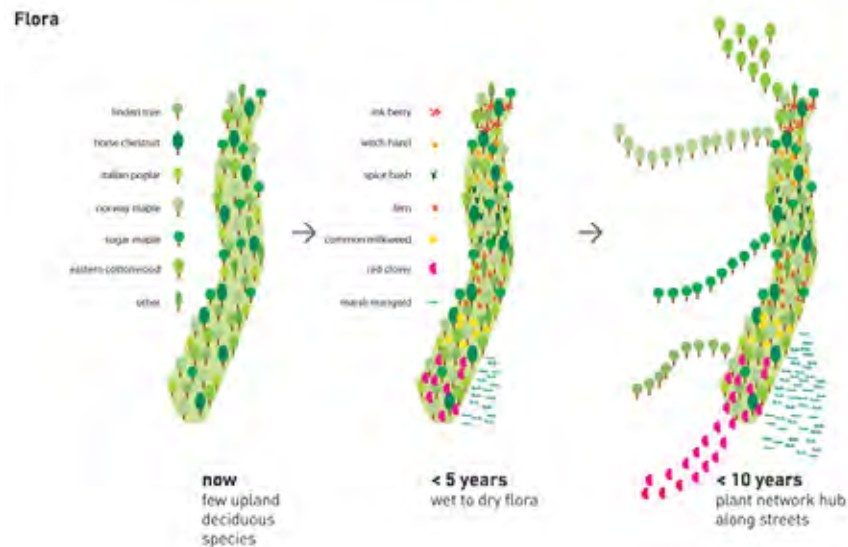


Figura 24: Exemplo de parque se expande com o tempo. Fonte: http://www.maxwan.com/selected-projects/23-parks/#/t_2772

Tendo em vista a análise realizada e o estudo da expansão de Rio Preto, partimos para a ressetorização do parque. Neste trajeto percebemos que novos setores deveriam ser criados, devido à consolidação de bairros no entorno, bem como alguns setores deveriam ser agrupados por apresentarem igualdade na paisagem ou de uso, sempre com o objetivo central de criar estes eixos principais, que futuramente poderão se expandir até para outros fundos de vale. Deste modo, a divisão resultante está apresentada na figura abaixo, onde também já estão previstas algumas áreas de expansão e reserva para o parque (Figura 25).

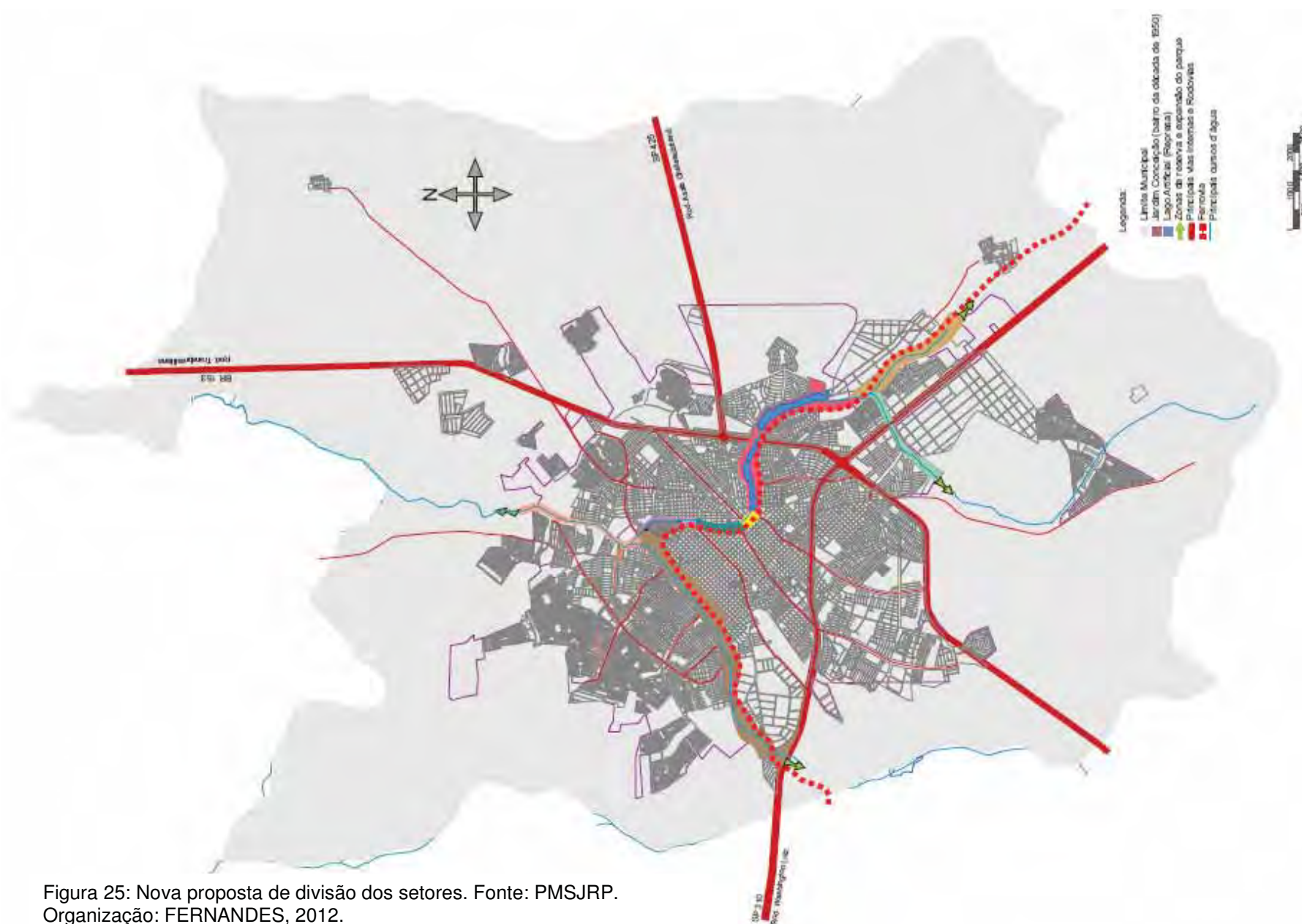


Figura 25: Nova proposta de divisão dos setores. Fonte: PMSJRP.
Organização: FERNANDES, 2012.

Com isto, passamos à elaboração de um quadro síntese, similar ao desenvolvido por Kfoury no plano original, que pudesse resumir as mais diversas características das diferentes áreas. Selecionamos, portanto alguns aspectos a serem analisados, sendo eles: densidade da vegetação, equipamentos, usos e apropriação, relação com a malha urbana, potencial e consolidação.

No que diz respeito à densidade de vegetação, este parâmetro nos ajuda a definir, por exemplo, quais as áreas devem ser de preservação. Para analisar este item, elaboramos um mapa com as massas de vegetação (Figura 26), detectadas a partir de imagem de satélite, sem se preocupar neste momento com a qualidade da mesma ou especificação de porte e espécies.

Já sobre os equipamentos, sistematizamos a informação de forma que nos fosse mostrado se há ou não equipamentos em cada área analisada, e ainda se estes estão precisando de reforma. Quanto ao sentido de equipamentos, não consideramos aqui somente os chamados equipamentos

públicos, mas também o que há de mais expressivo em mobiliário urbano.

Os usos e apropriações foram divididos de maneira que expressassem se existe um uso pré-estabelecido para cada área e há apropriação deste espaço de acordo com este uso, ou ainda se identificamos alguma forma espontânea de apropriação onde usos não foram previamente definidos.

Devido ao fato de estarmos propondo novos setores e também de alguns setores previstos anteriormente não terem suas diretrizes iniciais aplicadas até o momento, analisamos a inserção e relação de cada uma destas áreas com a malha urbana. Muito desta relação diz respeito à ligação e integração destes espaços com o sistema viário, e também a existência ou ausência de bairros consolidados ao redor.

O potencial das áreas foi avaliado de forma a sistematizá-lo de acordo com o seu aproveitamento, identificando portando as áreas com potencial a ser explorado.

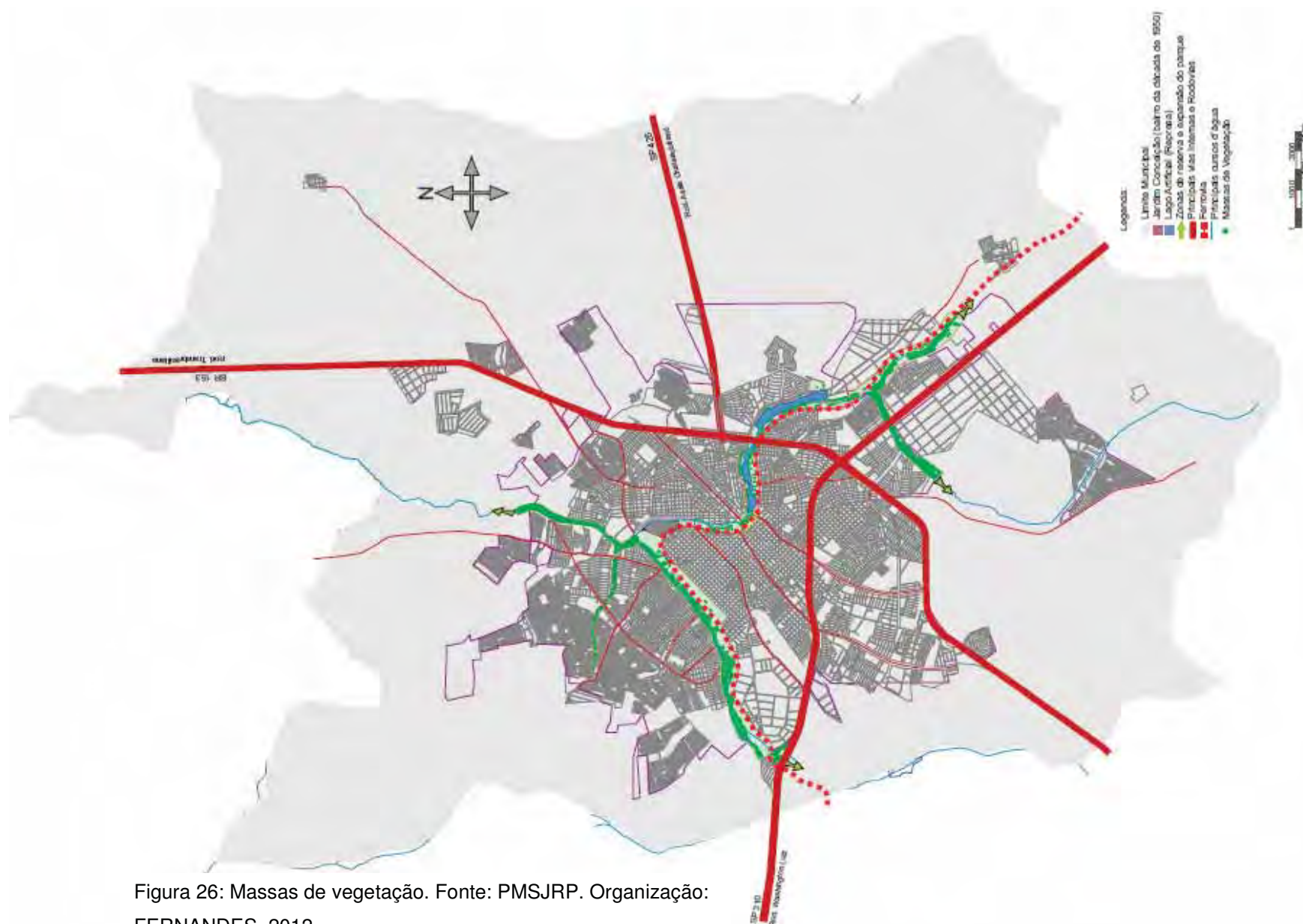


Figura 26: Massas de vegetação. Fonte: PMSJRP. Organização: FERNANDES, 2012.

Por fim, analisamos a consolidação dos espaços, que nada mais é do que a associação e comparação dos itens citados anteriormente, e que ajuda a determinar as áreas passíveis de receber, portanto mais investimentos.

Como resultado final deste processo, podemos tirar a conclusão, que pode ser chamada de diretrizes gerais para as áreas, onde através da análise comparativa dos itens, associado à análise visual realizada anteriormente, é possível se prever melhorias para cada setor, assim como fizeram os arquitetos no primeiro plano realizado para a área. O quadro será apresentado a seguir (Quadro 02).

Quadro 02 – Plano de Diretrizes Gerais para o Parque Setorial.

Legenda: Densidade de Vegetação:	 = alta = média = baixa X = sem vegetação considerável	Equipamentos:	 = possui = possui mas estão passíveis de reforma = estão sendo implantados X = não possui
Uso / Apropriação:	-- = sem uso -+ = sem uso definido mas com forma espontâneas de apropriação ++ = com uso definido e apropriado +- = com uso definido mas não apropriado	Relação com a malha urbana:	 = forte = média = fraca
Potencial:	 = atingido = parcialmente atingido = a ser implantado	Consolidação:	 = consolidada com usos definidos = consolidada passível de revitalização = em processo de consolidação = em obras = não consolidada

Quadro de análise							
Setor	Densidade de Vegetação	Equipamentos	Usos / Apropriação	Relação com a malha urbana	Potencial	Consolidação	Conclusão
		X	+				Deve ser tratado como setor de preservação da mata ciliar, mas devem ser inseridos dispositivos de passagem em pontos de desejo e mobiliário no entorno. Necessita de revisão do sistema viário do entorno.
		X	--			X	Área não contemplada no plano anterior, mas que já possui no entorno bairros consolidados. Necessita reforço do sistema viário como delimitador do parque. Preservação da mata nas zonas mais densas.
			++				Setor mais utilizado do parque. Possuía projeto específico no plano inicial. Agora une três antigos setores. Setor em boas condições; manutenção feita em algumas partes pelo setor privado; estender esta parceria para as outras áreas do setor.
			+-				Presença marcante da Biblioteca e do Clube Palestra. Praça Cívica e Estação Ferroviária são passíveis de renovação para não sofrer maior degradação. Reforçar a ideia de utilizar o espaço sob o viaduto como área de estar como previsto anteriormente. Necessita integração da área da estação com a praça, através da abertura desta área.
			++				Equipamentos em bom estado de preservação, como as quadras e playground. Necessidade de transposição da ferrovia em mais pontos.
	X		+-				Bairro como barreira. Necessita legislação para controlar adensamento como já previsto anteriormente, através da criação de zona específica com parâmetros direcionais que vão exercer este controle. Canal está em obras; construção de passarelas; mas a ferrovia necessita de projeto especial.
		X	+			X	Área era contemplada pelo plano inicial, porém as diretrizes ainda não foram implantadas. Agora compõe o maior setor. Presença de galpões antigos no entorno. Sistema viário marca somente um dos lados do parque; necessidade de rever o outro lado. Intervenções de moradores no parque devem ser consideradas para instalação de equipamentos.
		X	--			X	Área não contemplada no plano anterior, mas que já possui no entorno bairros consolidados. Necessita reforço do sistema viário como delimitador do parque. Mesmo caso do setor , porém com maior preservação da mata ciliar.
		X	+				Nova área, mas que ao contrário das outras já possui sistema viário que a demarca e um entorno bem consolidado. Neste caso, é necessário um levantamento do perfil da população do entorno, para a implantação de equipamentos. Caráter mais local.

Fonte: FERNANDES, 2012.

Por meio deste quadro, podemos perceber a inter-relação entre os itens analisados, onde o resultado de um influencia no do outro, e a soma de todos é a diretriz final sugerida neste plano. Acreditamos que desta maneira conseguimos analisar a área em sua completude e, além disto, propor diretrizes de acordo com a particularidade de cada setor.

Com este plano espera-se que ações possam ser tomadas, de modo a atrair as pessoas desde o desenho do parque até os equipamentos que ali vão estar dispostos, para que, desta forma, ajudem a preservar o local. Assim, elas poderiam passar de espectadores, para atores do espaço.

4.2 - A área de intervenção

A partir dos estudos realizados com os quais conseguimos analisar e dar diretrizes para futuras intervenções do parque como um todo, traçamos dois possíveis desdobramentos para a continuação deste trabalho. A primeira, continuaria nos entremeios das soluções para o

planejamento urbano e, a segunda maneira focaria no desenho do parque em si. Decidimos seguir o trabalho de acordo com a segunda opção e permitir, assim, a escolha de um dos setores para o redesenho, atribuindo maior qualidade a este espaço, através de um projeto específico para o mesmo.

Para que pudéssemos então continuar as atividades, deveríamos escolher um entre os nove setores delimitados. Esta escolha não se trata apenas de um apontamento por afinidade, mas significa um resultado de estudos sobre as áreas. Desta forma, optamos pelo maior setor definido, pois se trata de uma área fortemente influenciada pelas barreiras presentes, sendo estas a linha ferroviária e o córrego Piedade. Este setor já estava presente no plano original, dos arquitetos Kfourri e Baffi, e até hoje não se desenvolveu, sendo mais uma característica que motivou a escolha do mesmo (Figura 27).



Figura 27: Mapa de indicação do setor escolhido. Fonte: PMSJRP. Organização: FERNANDES, 2012.

A escolha desta área baseou-se também no fato de que a mesma oferece um grande potencial para atender a porção norte da cidade, onde estão localizados muitos dos bairros de renda média a baixa. Isto pode ser comprovado desde a análise do mapa síntese dos indicadores de desigualdade intraurbana (Figura 28), elaborado por VIEIRA (2005), como também pelo mapa que nos traz o preço do m² médio nos bairros da cidade, fornecido no site da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.

A partir da escolha deste setor para o desenvolvimento do projeto, tem-se em mente que trabalhar com esta área é um grande desafio, pois devemos solucionar as dificuldades de acesso, transpor as barreiras existentes e, ainda, fornecer espaços que contribuam de alguma forma para a melhoria da qualidade de vida da população diretamente e indiretamente atingida.

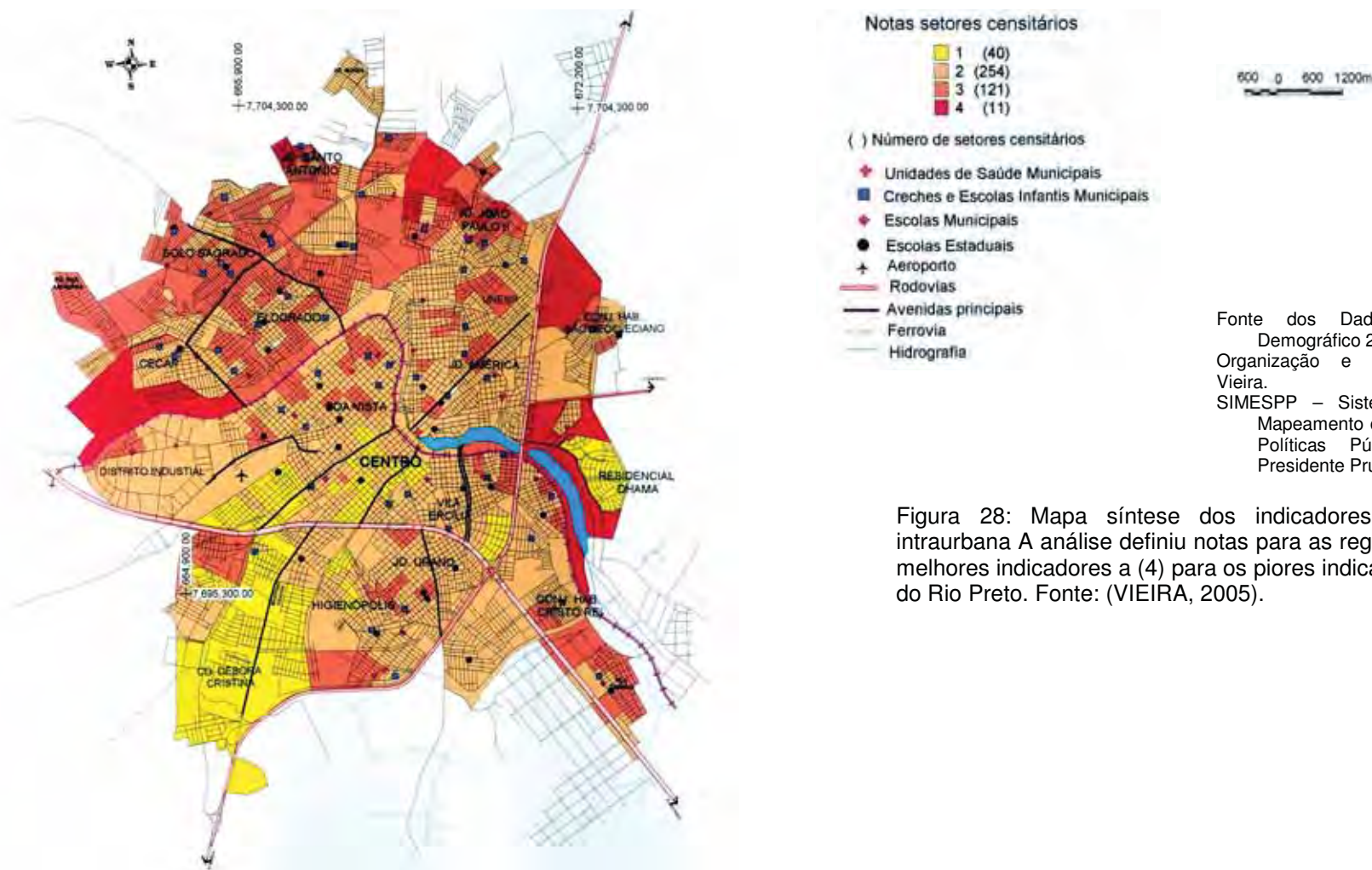


Figura 28: Mapa síntese dos indicadores de desigualdade intraurbana. A análise definiu notas para as regiões: de (1) para os melhores indicadores a (4) para os piores indicadores de São José do Rio Preto. Fonte: (VIEIRA, 2005).

4.3 - Lazer

Antes de se definir como e com que a área escolhida deve ser ocupada, buscamos conceitos que pudessem nos ajudar a entender o que é o lazer. Sendo assim podemos nos atentar para a ideia de lazer desenvolvida por Grazia apud Bruhns (2004), que nos traz que este é um estado ideal e não deve ser confundido com o tempo livre, pois tratamos aquele mais como uma forma de ser, ou ainda, uma condição do homem. Podemos entender o lazer também como um estado onde vivenciamos a ausência da necessidade de estarmos ocupados.

“Podemos aproximar o lazer de um estado de tranquilidade e serenidade o qual permearia a vida como um todo, não sendo possível sua realização num determinado tempo. Implica em fazer poucas coisas, procurar não se meter em coisas desagradáveis e não ir além dos próprios limites. Muitas vezes implica em renúncia e renunciar dinheiro, status ou poder requer o privilégio de outros valores como sossego, paz tranquilidade.” (BRUNHS, 2004)

Embora na sociedade em que vivemos seja muito difícil separar dinheiro, prestígio e tempo livre, devido a busca incessante pela ascensão social, vivida num mundo de constante competitividade, não podemos negar, ainda assim, que, para se viver bem consigo mesmo e com os outros, é preciso dedicar parte da sua vida a atividades, ou a ausência delas, que proporcionem prazer. Para isto precisamos de espaços que vão desde a nossa casa, até mesmo a cidade como um todo que nos proporcionem determinadas sensações.

Na tentativa de levar estes conceitos para a experiência do parque, podemos pensar que este espaço deve fornecer espaços ativos, que servem para o aproveitamento do tempo livre com a prática de esportes, caminhada e atividades culturais, bem como oferecer também espaços de lazer, para atividades passivas, locais para reflexão e descanso. Desta forma, estaremos proporcionando aos usuários um conjunto de atividades tanto para desenvolvimento pessoal, quanto social.

4.4- O Desenho

A organização de um espaço com tal dimensão também passa pelas diversas teorias sobre como funcionam e como devem ser os parques urbanos. Segundo Macedo (2003), os parques urbanos brasileiros, a partir do final do século XX, possuem certa liberdade de concepção e programação. Isto porque não possuímos de fato uma escola paisagística, tendo um perfil de profissional bem livre, onde novas ideias são bem vindas. Mesmo assim temos grandes nomes como Burle Marx e Rosa Kliass, que influenciam de alguma forma este período.

Sabemos que muitos destes espaços apresentam problemas de manutenção, mas também pode ser que, no momento de sua concepção, estes não tenham sido elaborados de acordo com um planejamento maior, levando em consideração a necessidade da população e a relação com seu entorno, como aponta Waterman (2012):

“É na paisagem que todas as forças inter-relacionadas de nossa existência entram em

ação. Assim é crucial que tenhamos a habilidade de chegar a um projeto e a uma estratégia inspiradores que conheçam o caráter único dos locais individuais e, ao mesmo tempo, entendam tais lugares como pertencentes a sistemas maiores”. (WATERMAN, 2010, p.15)

Embora sejamos nós que damos formas a estas paisagens, ainda somos, ao mesmo tempo, produtos destes lugares. Não estamos querendo dizer que a paisagem seja capaz de mudar completamente nossa vida, mas esta ainda tem a capacidade de influenciar o nosso dia-a-dia.

Os parques contemporâneos possuem uma linha de projeto que busca, através de uma postura experimental, não apresentar padrões rígidos, permitindo a apropriação e imprevisibilidade de usos (MACEDO, 2003). Podemos dizer ainda que a linha atual é uma mistura de determinados padrões modernistas como a preservação da vegetação, através de conceitos ecológicos, com algumas características ecléticas como a valorização de espaços para contemplação e elementos decorativos, como por exemplo, os pergolados,

mirantes e pontes. Ainda podemos citar o destaque que recebe o culto ao corpo, determinando espaços para atividades esportivas e lazer ativo. De acordo com Macedo (2003), podemos dizer que “o retorno aos antigos valores se funde às novas tecnologias e tudo pode ser experimentado, tudo é possível”.

Ainda devemos ressaltar que “a característica da paisagem é o conjunto de atributos tangíveis e intangíveis que definem uma área, exatamente da mesma forma que a aparência, a personalidade e o comportamento definem uma pessoa” (WATERMAN, 2010). Sendo assim, precisamos determinar alguns critérios que atribuam, a estes espaços, qualidade. Segundo Gehl (2006) no livro *New City Life*, existem doze critérios que determinam um bom espaço publico. Seguem abaixo estes critérios:

- 1- Proteção contra o tráfego – ou seja, o transeunte deve sentir segurança e não temer o tráfego;
- 2- Segurança nos espaços públicos – deve haver circulação de pessoas, bem como

espaços que tenham vida de dia e de noite e boa iluminação;

- 3- Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis – isso implica na existência de abrigo do vento, chuva e sol, bem como áreas verdes que amenizem altas temperaturas, poluição e barulho;
- 4- Espaços para caminhar – devem contemplar fachadas interessantes, possibilitada pela ausência de obstáculos, por superfícies regulares e acessibilidade a todos;
- 5- Espaços de permanência – locais públicos agradáveis para permanecer e fachadas e paisagens interessantes para contemplar;
- 6- Ter onde sentar – presença de mobiliário público direcionado às atrações, passagem de pessoas, vista, e locais para descansar;
- 7- Possibilidade de observar – vistas e paisagens que não estejam escondidas;

- 8- Oportunidade de conversar – baixos níveis de ruído, presença de mobiliário urbano que convide à interação entre as pessoas;
- 9- Locais para se exercitar – equipamentos públicos para praticar esportes, bem como entretenimento e atividades na rua nas diversas estações do ano;
- 10- Escala humana – prédios e espaços projetados para a escala humana, a cidade vista da perspectiva dos olhos das pessoas;
- 11- Possibilidade de aproveitar o clima – locais para aproveitar cada estação, de acordo com o clima e a topografia da cidade;
- 12-Boa experiência sensorial – árvores, plantas e cursos d'água acessíveis, mobiliário urbano feito com bons materiais e design e acabamento de qualidade.

Desta forma, determinamos o programa para a área, uma vez que procuramos seguir estes critérios para a determinação dos espaços. Segundo Waterman (2010), o

programa deve ser entendido como uma série de passos a serem cumpridos e, no caso do paisagismo, ainda pode ser descrito como uma inter-relação dinâmica de elementos que estabelecem os parâmetros do projeto.

4.5 – Análise do entorno

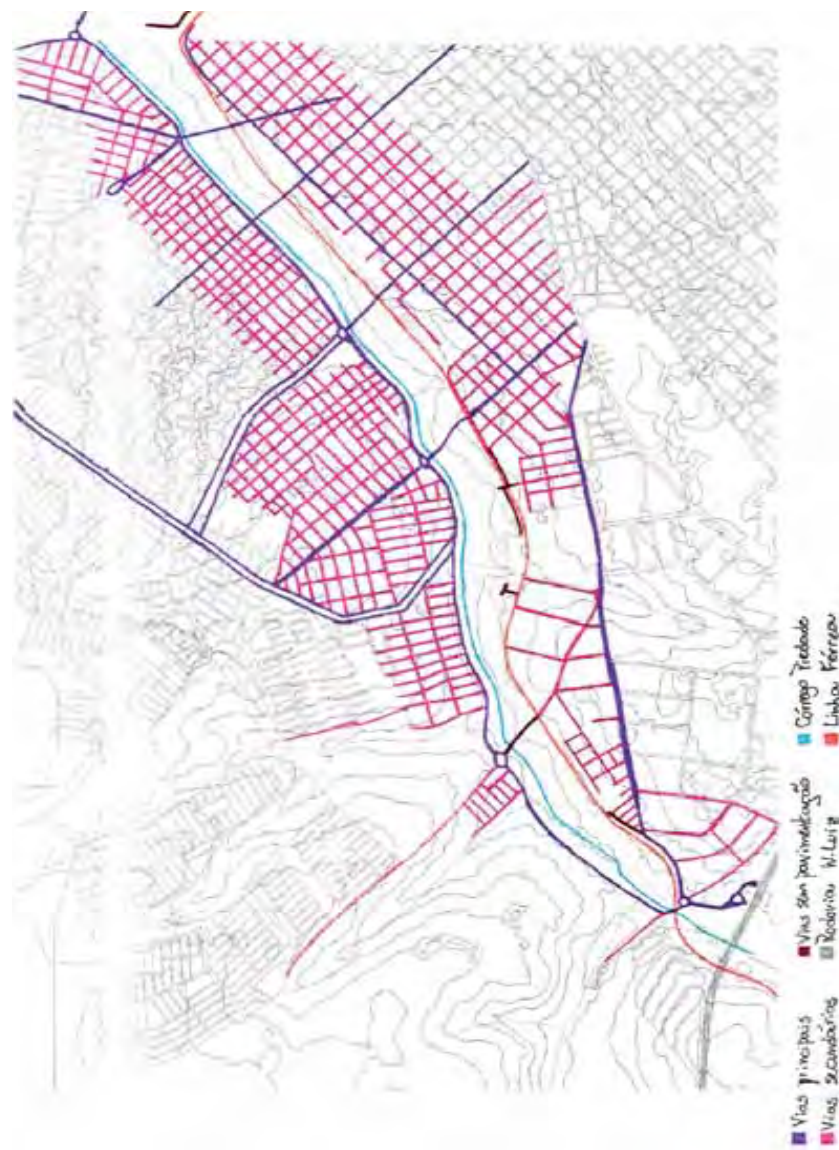
“A paisagem determina o contexto para tudo que é construído e para as atividades cotidianas de nossas vidas. Qualquer coisa que é construída na paisagem precisa levar em consideração seu entorno e sua inserção no meio, para que possa ser bem-sucedida e sustentável, e isso é essencial para a prática da arquitetura paisagística.” (WATERMAN, 2010, p.50).

Desta forma, fez-se necessário uma nova visita ao local de estudo para que pudéssemos conhecer melhor para além da área de intervenção. Primeiramente, analisamos o sistema viário (Figura 29) e podemos dizer que a margem do parque mais próxima ao córrego é servida pela Avenida

Ernani Pires Domingues, de fluxo intenso e rápido. Na outra margem, próxima à linha férrea, temos as mais diversas situações. Primeiramente, estamos tratando de vias agora com caráter mais local e que, em muitas vezes, são interrompidas, não possibilitando o contorno do parque como um todo. Outro caso é a existência de vias não pavimentadas que são utilizadas frequentemente por veículos. Desta forma podemos concluir que uma das ações deve ser a regularização do sistema viário do entorno para facilitar o acesso, bem como a situação dos viadutos que cortam a área.

Outro desafio para a consolidação desta área como parque é lidar com as ocupações existentes na área, realizadas antes do plano elaborado por Kfourri, no final da década de setenta. Estas ocupações possuem diferentes funções e podem ser vistas na Figura 30 e 31.

Figura 29: Vias do entorno. Fonte: PMSJRP. Organização: FERNANDES, 2012.



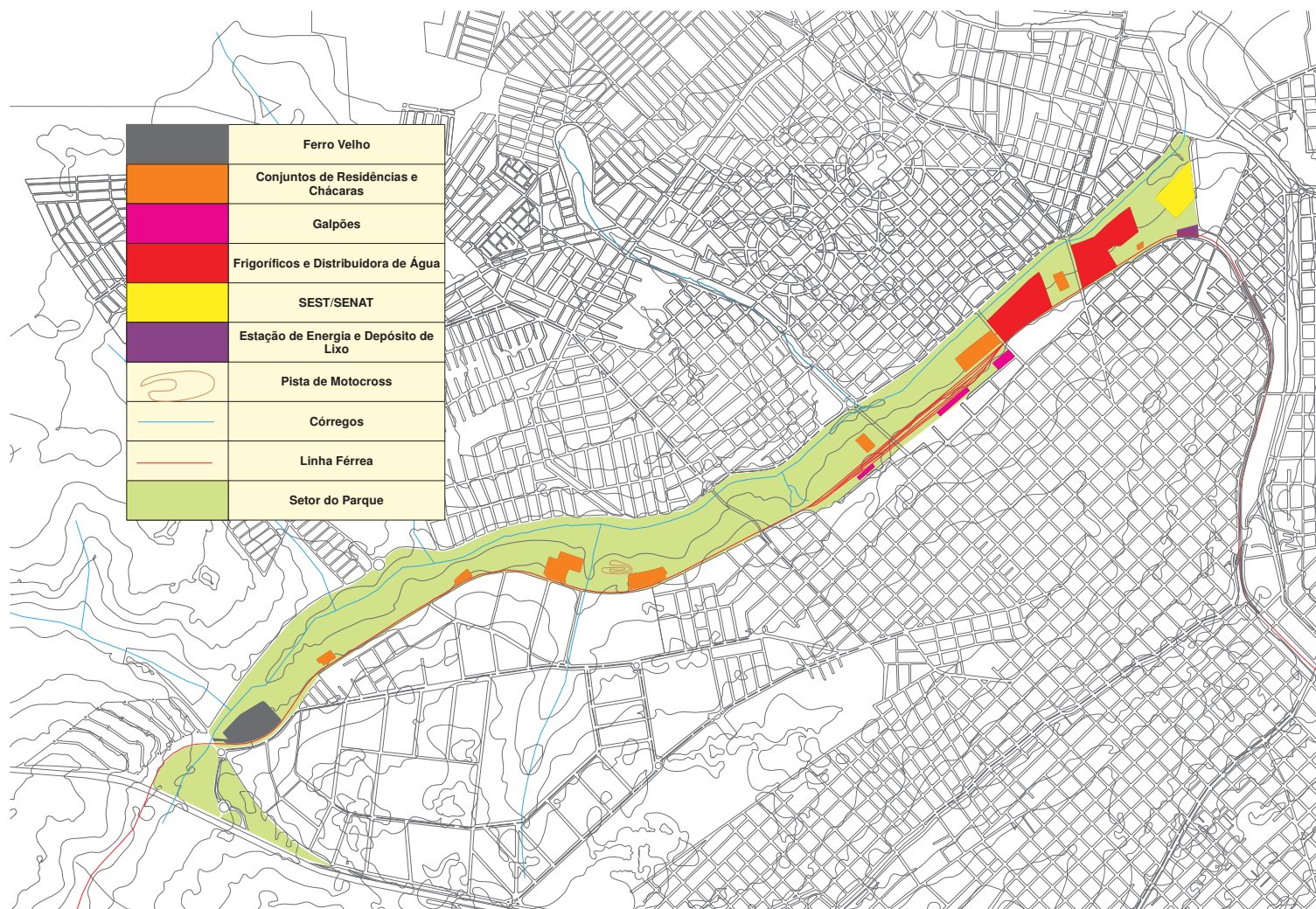


Figura 30: Ocupações na área. Fonte: PMSJRP. Organização: FERNANDES, 2012.



Figura 31: As diferentes ocupações. Fonte: Visita de campo, 2012

Em visita à Secretaria de Planejamento Estratégico, Ciência, Tecnologia e Inovação da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, tivemos a oportunidade de conversar com o arquiteto Marco Antonio. Segundo o arquiteto, só é área pública a APP do córrego Piedade e, onde estão localizadas as ocupações mapeadas são de propriedade privada, mas não soube nos informar se estas áreas estão sobre a proteção da prefeitura.

Visitamos também a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, onde tivemos primeiramente a oportunidade conversar com a Arquiteta Carolina, que confirmou as informações fornecidas pela Secretaria de Planejamento e nos disse que, recentemente, um vereador entrou com um pedido para o aumento da câmara frigorífica na área trabalhada e teve seu pedido negado. Disse também que é uma área muito interessante de ser trabalhada e que, para fins acadêmicos, a escolha de ocupação ou não de toda a área caberia a nós, embasado no Plano Diretor que declara a zona como especial e que deve cumprir sua função social. Disse ainda que em alguns pontos, principalmente no

cruzamento de córregos, há alguns problemas de drenagem, onde deve ser pensadas soluções de macrodrenagem. Por fim, conversamos com o secretário José Carlos Bueno, desta mesma secretaria, e este nos disse que desde a década de 1980, após a elaboração do plano para o Parque Setorial feita por Kfoury, esta área, mesmo a parte que abrange as propriedades privadas, foi declarada de utilidade pública e de interesse do setor público. Portanto, desde então, a prefeitura não aprova nenhum projeto para a ocupação do local. O secretário ainda nos disse que só não foram executadas as diretrizes de expansão do parque para esta região devido as dificuldades de acesso, fazendo então com que o maior desafio do trabalho, segundo ele, seja a solução de relação entre a área livre, a área de preservação e a ferrovia, mas também comentou que é bastante interessante o trabalho na área e que para este projeto ele pensa que devemos ocupar a área como um todo para a elaboração do parque.

Após as entrevistas realizadas, procuramos também embasamentos legais nas leis municipais que nos permitissem a utilização da área como um todo. Segundo a

Lei de Zoneamento de 2011, esta área, definida como “zona especial”, merece regulamentação especial para melhor cumprir sua função social. De acordo com o artigo quinto do Plano Diretor, um dos critérios para o cumprimento da função social é o aproveitamento e utilização compatíveis com a conservação e melhoria da qualidade do meio ambiente natural e social. Este ainda determina que, para as regiões de macrodrenagem, que abrangem a APP do córrego Piedade, só será considerada cumprida pelo não parcelamento do solo. Mesmo que o Plano Diretor determine o restante do espaço como de microdrenagem, o mesmo diz que se trata de uma área destinada à formação de parque e, ainda, nos garante a aplicação do direito de preempção e de desapropriação na área trabalhada.

Ainda se fez necessário na visita realizada, a análise das ocupações do entorno. Podemos dizer que próximo às margens do córrego possuímos ocupações de caráter residencial, majoritariamente de médio padrão, com a presença de comércios, com destaque para os postos de combustíveis, às margens da avenida (Figura 32). No outro

lado, nas proximidades da ferrovia, possuímos ocupações residenciais dos mais diferenciados padrões, bem como indústrias e galpões antigos (Figura 33). Estas formas de ocupação podem ser vistas no mapa da figura 34.



Figura 32: Entorno às margens do córrego. Fonte: Visita de campo, 2012.



Figura 33: Entorno às margens da ferrovia. Fonte: Visita de campo, 2012.

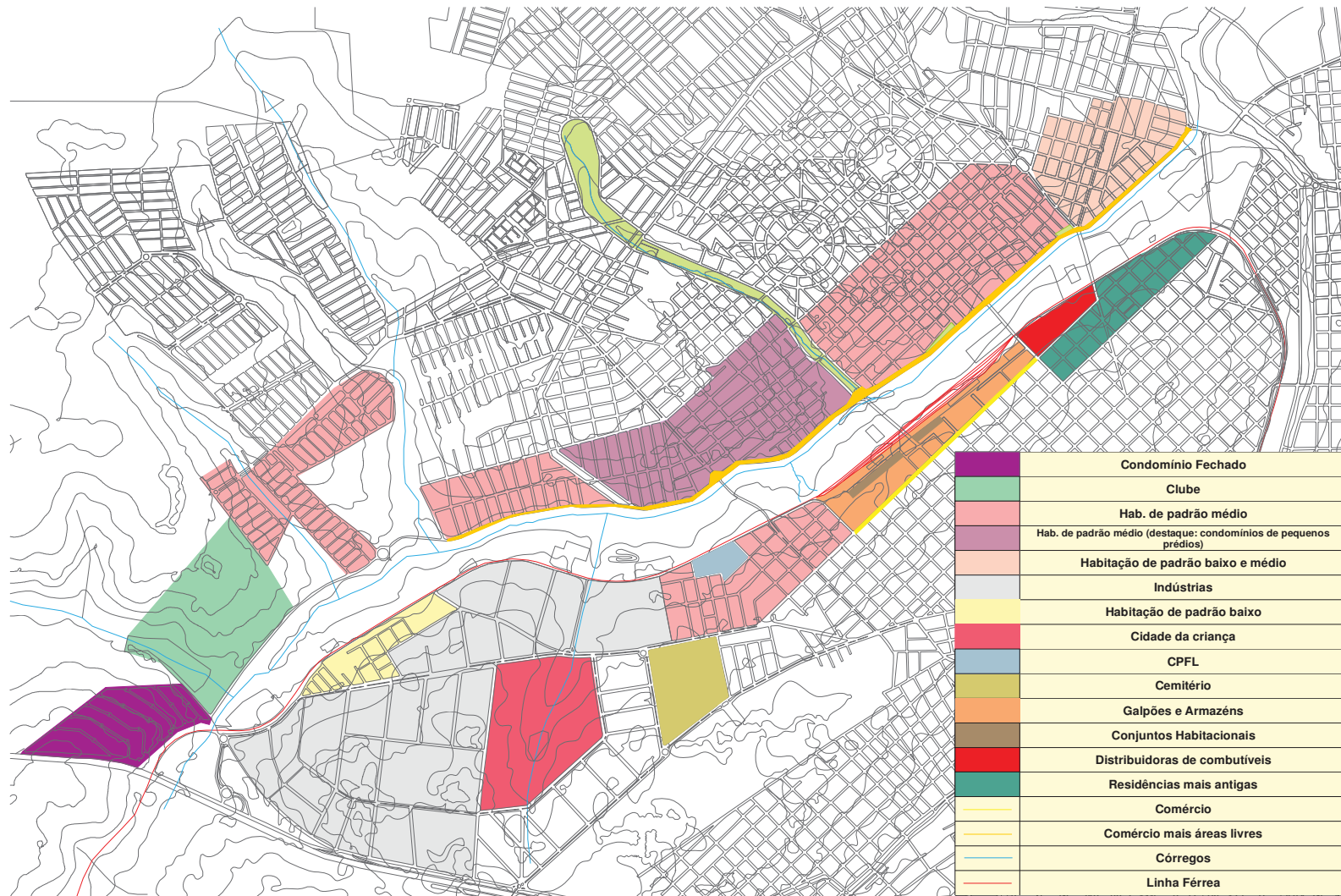


Figura 34: Mapa de análise do entorno. Fonte: PMSJRP. Organização: FERNANDES, 2012

Podemos concluir que estamos trabalhando com uma área bem diversificada, justificada até mesmo pela sua extensão.

4.6 - Subsetores

Como já foi dito anteriormente, trabalhamos com as diversidades presentes na área, juntamente com a grande extensão atingida pela mesma. Mesmo que todo este espaço constitua um único setor, determinado pela revisão do plano anteriormente realizada, verificamos a necessidade de divisão da área em subsectores que se completam e juntos atingem o setor como um todo.

Esta subsetorização implica na análise das características dos espaços e, é demarcada pelas divisões do setor por conta da presença dos viadutos. Desta forma, optamos por dividir o espaço em cinco subsectores, demonstrados no mapa da figura 35.

O primeiro é a área de preservação determinada às margens da Rodovia Washinton Luis. Esta área deve

funcionar como uma redutora dos impactos da rodovia no parque, bem como uma zona de transição entre os espaços. Para tanto deve ser realizada a preservação da mata existente bem como a reposição de árvores nativas em determinados espaços.

O segundo subsetor, trata-se de uma área para compreensão do ambiente e para intervenções da própria população. Esta área deve possuir regiões de preservação como a primeira e, deve ocasionar a vinda do departamento Comdema (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente) da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo para o local, pois se trata de um órgão consultivo e deliberativo com o compromisso de opinar e dar sugestões sobre assuntos relativos à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, podendo ser implantado no reaproveitamento da estrutura do ferro velho ali existente. Além disso, são determinadas áreas para a intervenção da população como, por exemplo, por meio de horta comunitária, pois estamos tratando de uma área com entorno majoritariamente industrial,

mas que a população deve ser atraída de alguma forma para esta região.

O terceiro espaço determinado trata-se de uma área para a prática de esportes, mas também possui locais livres para o lazer passivo e observação da área. O uso esportivo foi determinado através da presença de uma pista de Motocross já existente no local, e que pode ser integrada a novos equipamentos, como quadras poliesportivas, campo de futebol, circuitos de exercícios ao ar livre e espaço para as crianças.

O quarto subsetor foi escolhido para abrigar a administração do parque, devido a sua posição central e, um local para a disseminação da cultura através de galerias urbanas realizadas com o aproveitamento das estruturas do viaduto bem como outras estruturas criadas para este fim e, também com a construção de um teatro de arena. Esta área é de grande importância para a implantação do VLT, sendo um ponto principal de embarque e desembarque. O VLT funcionará como um meio de transporte coletivo e, sua

implantação é um tanto quanto estratégica, pois trata-se do aproveitamento da estrutura já existente da linha férrea, que em algum tempo deve ser desativada de acordo com projeto do poder público que prevê o contorno ferroviário para a cidade, sendo que esta linha passa por importantes pontos de Rio Preto, atendendo grande parcela da população (SOUZA, 2010). Também é programado para a área o aproveitamento dos vagões abandonados, podendo ser destinados a novos usos, como, por exemplo, restaurantes e instalações de apoio ao parque.

Para o quinto, e ultimo subsetor, determinamos o uso institucional. Isto se deve ao fato da presença do Sest/Senat na área, onde esta ocupação deve ser preservada e que, com a desapropriação das edificações que hoje abrigam os dois frigoríficos e distribuidora de água, seria possível trazer para o local novas instituições.

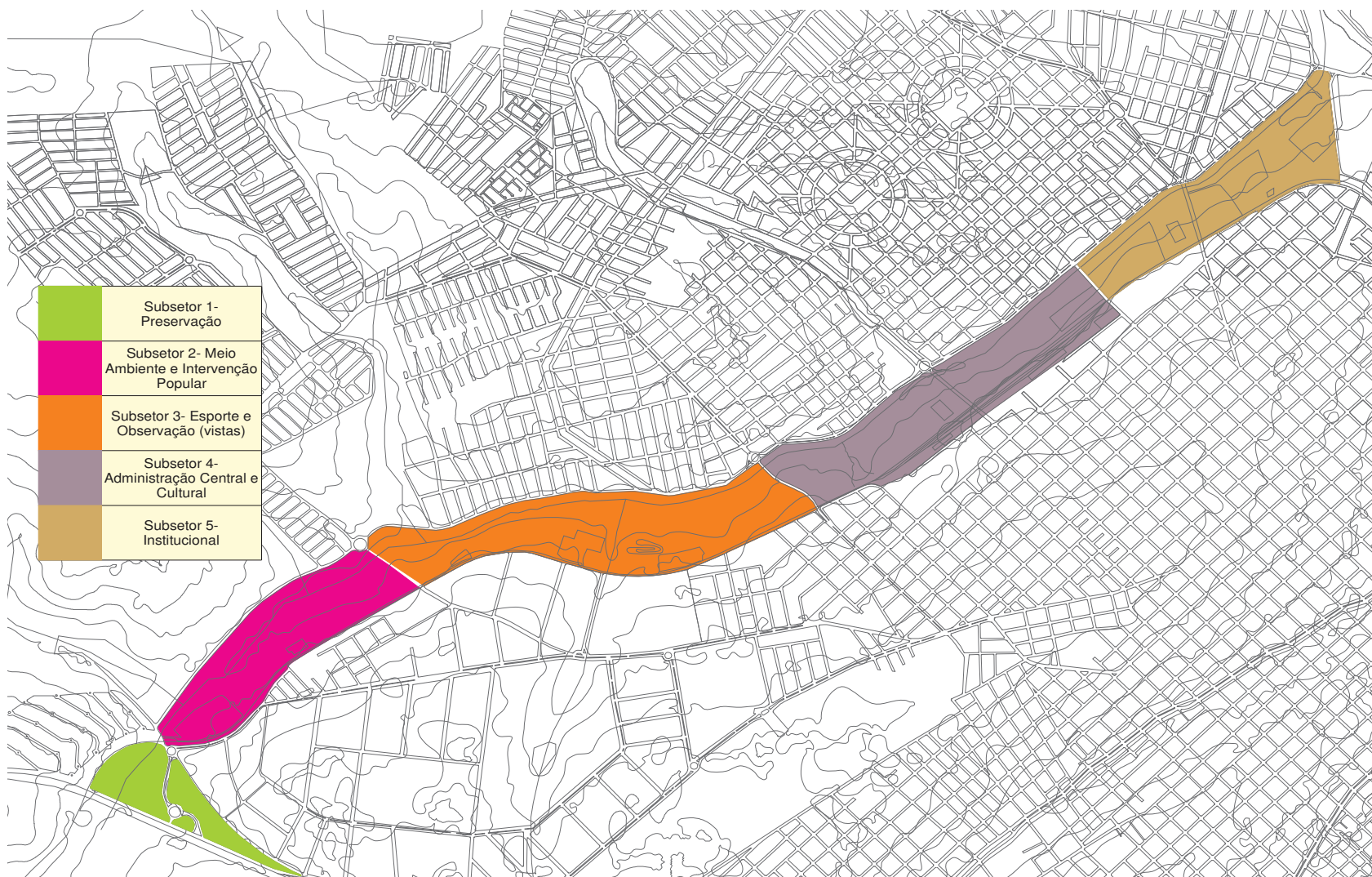


Figura 35: Mapa de Subsetorização. Fonte: PMSJRP. Organização: FERNANDES, 2012.

Devemos ressaltar também que equipamentos, como *playground* e academias ao ar livre, podem aparecer nos mais diversos setores, pois são dispositivos para atender em algumas horas demandas específicas dos bairros.

Outros elementos que são contínuos e que buscam a integração do parque como um todo permeando a maioria dos setores, são as pistas de caminhadas e ciclovias, desenhadas de modo a possuírem circuitos maiores ou menores que poderão ser feitos de acordo com cada usuário.

Obras de contenção aos córregos também deveram ser executadas em diferentes setores. Trata-se da movimentação de terra para a abertura de “piscinas” de macrodrenagem do parque. Estes locais funcionarão para a contenção das águas em épocas de cheia e, em tempos secos serão mais alguns atrativos para o parque, pois devem possuir elementos de concreto do tipo pilares para o posicionamento de plantas e outros do tipo placas ou tubos de diversos tamanhos, podendo ser reaproveitados os resíduos gerados pela construção civil, para funcionarem como elementos de interação, principalmente para crianças.

4.7 – Fases do Planejamento

Para que pudéssemos atingir toda a área escolhida, optamos por organizar as ações de acordo com o tempo e, portanto, dividir o planejamento da área em três fases: a primeira com ações imediatas, a segunda com atividades que demandam um pouco mais de tempo e, por fim a terceira composta por intervenções mais longas.

A primeira fase está prevista para um período que vai de 0 a 3 anos, isto porque são ações que devem ser tomadas imediatamente, ocupando o tempo de somente um governo municipal, para que não sejam interrompidas. Podemos listá-las da seguinte forma:

- Aplicação de Desapropriação nas propriedades que atingem a APP do Córrego Piedade correspondente a 70 metros;
- Declaração de interesse na compra das demais propriedades com a aplicação do Direito de Preempção;
- Aberturas de novas vias e pavimentação de outras para que o acesso à área seja facilitado;

- Execução das aberturas para contenção de águas no entroncamento de córregos;

- Plantio de árvores nas áreas previstas no Setor de Preservação;

- Criação da administração do Parque Setorial Norte (funcionará como administração central em um galpão existente no subsetor 4) e, vinda do Departamento Comdema para esta área;

- Criação de identidade visual para o Parque Setorial de São José do Rio Preto como um todo, para proporcionar maior assimilação da população com a área.

Executadas estas ações no período previsto, entra em funcionamento a segunda etapa do planejamento, etapa esta que deve acontecer no período de 3 a 8 anos. As atividades desta fase estão listadas a seguir:

- Implantação do VLT (veículo leve sobre trilhos), possibilitado pela execução do contorno ferroviário. Importante ressaltar que nas áreas do parque onde ocorram a realização de atividades e que tenha a presença de pedestres, o VLT deverá ter velocidade reduzida e, deverá

emitir avisos sonoros, para que haja assim um convívio harmônico entre o veículo e os usuários;

- Aplicação de desapropriação e direito de preempção em áreas restantes;

- Consolidação das passagens entre as duas margens do parque, como o caso dos viadutos e também das ruas que estão no mesmo nível da área;

- Abertura de caminhos e implantação de equipamentos, que possibilitarão a abertura desta área como um todo;

- Implantação de ciclovias que também farão a ligação entre diversas áreas;

Com estas ações passamos para a última fase do planejamento elaborado para este setor que devera ser executada entre 8 e 15 anos e, é constituída basicamente por:

- Ocupação do subsetor institucional, com o reaproveitamento de estruturas existentes;

- Fortalecimento da infraestrutura do setor como um todo, após ocupação das áreas.

Estes conjuntos de ações juntos integram o planejamento previsto para esta área e, poderão ser modificadas e adaptadas de acordo com o surgimento de necessidades locais. Durante o processo de execução também é importante que ocorram avaliações das ações de ocupação e apropriação, para que, se necessário, sejam feitos ajustes.

Considerações Finais

São José do Rio Preto é uma cidade de grande influência dentro da rede urbana que ocupa, e por estes e outros motivos atrai a atenção de investidores e também visitantes.

O Parque Setorial é o resultado do Planejamento Paisagístico Municipal de Rio Preto realizado por Jamil José Kfoury e Mithes Baffi em 1977. É um parque com 17 quilômetros de extensão e aproximadamente 300 metros de largura, dividido em dez setores elaborados para sua melhor compreensão. Seu projeto original não foi totalmente

executado como mostrado no decorrer deste estudo e, portanto hoje o parque ainda possui diversas áreas que pertencem a um sistema de espaço livre público e que podem ser mais bem direcionadas ao uso da população em geral.

Para tanto elaboramos um conjunto de Diretrizes Gerais para o Parque Setorial, que propõem a revisão do plano original, repensando estes espaços de acordo com as necessidades da cidade atual, que vive outra realidade. Além disso, estudamos um setor com mais propriedade e, estamos também propondo ações de planejamento para a ocupação do mesmo.

Independente do caminho a ser tomado a partir daqui, é importante levarmos deste estudo o método como ele foi elaborado e toda a compreensão que se gerou sobre a área estudada. Desta forma poderemos perceber a consistência da análise gerada a partir das metodologias propostas por este trabalho.

Referências

- 23 PARKS. *In*: Maxwan Architects + Urbanists. Disponível em: <http://www.maxwan.com/selected-projects/23-parks/#/t_2799>. Acesso em: 31 mai. 2012.
- BELO, E. Parque Ecológico. Ecológico? Indaiatuba: 2009. Disponível em: <<http://historiadeindaiatuba.blogspot.com.br/2009/06/parque-ecologico-ecologico.html>>. Acesso em: 22 jun. 2012.
- BRUHNS, H. T. Explorando o Lazer Contemporâneo: entre a razão e a emoção. **Movimento**. Porto Alegre, v.10, 2004. p.93-104.
- COSTA, S. A. P. et al. **Os espaços livres na paisagem de Belo Horizonte**. Paisagem ambiente [online]. 2009, n.26, pp. 51-72.
- COUTO, E. R. **Pausas Urbanas**: contraponto entre indivíduo e sociedade. Divinópolis: Funedi – UEMG, 2007. Disponível em: <<http://www.funedi.edu.br/files/mestrado/Dissertacoes/TURMA1/DissertacaoEdizaRodriguesCouto.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2011.
- CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. Tradução: Isabel Correia, Carlos de Macedo. Lisboa: Edições 70, 1983.
- DEL RIO, V. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.
- GEHL, J. et al. **New City Life**. Copenhagen: Danish Architectural Press, 2006.
- GIMENO, B. E. G. **Conexões Urbanas**: do histórico ao contemporâneo – São José do Rio Preto – SP. 2010. Trabalho Final de Graduação – USP, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos.
- GOMES, M. A. S.; SOARES, B. R. **A vegetação nos centros urbanos**: considerações sobre espaços verdes em cidades médias brasileiras. Estudos Geográficos, Rio Claro, p.19-29, jun,2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estge/o/article/view/270/225>> Acesso em: 20 nov. 2011.
- HERTZBERGER, H. Lições de Arquitetura. Tradução: Carlos Eduardo Lima Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo : Martins Fontes, 2000. 510 p.
- KFOURI, J. J. **Parque de Fundo de Vale de São José do Rio Preto – SP**. Trabalho de Especialização em Paisagismo – USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1980.

KLIASS, R. G. **Rosa Kliass**: desenhando paisagens, moldando uma profissão. Texto: Ruth Verde Zein. São Paulo : Senac, 2006. 221 p.

KLIASS, R. G. Prefácio. In: MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

LYNCH, K. **A boa forma da cidade**. Tradução: Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho. Lisboa: Edições 70, 1981.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MARTINEZ, A. C. P. **Pequenas Intervenções em Espaços Livres Públicos**: itinerância, flexibilidade e interatividade. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MELLO, S. S. **Na Beira do Rio tem uma Cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água**. Brasília: Tese de doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

OTERO, E. V. Piracicaba: quatro décadas de requalificação urbana e recuperação ambiental. In: **APP Urbana 2012**.

OTERO, E. V.; SOUZA, M. B. S. D. A Reconquista das Margens do Rio Piracicaba: uma reconstrução histórica à guisa de introdução. In: **Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação**. Piracicaba: IPPLAP, 2011.

PANERAI, P. P. **Análise Urbana**. Tradução: Francisco Leite. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

SAKATA, F. G. **Paisagismo Urbanos: Requalificação e Criação de Imagens**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. 272 p.

SCHLEE, M. B. et al. **Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras: um debate conceitual**. Paisagem ambiente [online]. 2009, n.26, pp. 225-247.

SOUZA, J. V. de. **A cidade nos trilhos**: estudo de viabilidade da linha férrea para transporte público coletivo através do VLT de São José do Rio Preto a Mirassol. Monografia. 2010.

SPOSITO, M. E. B. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil**. Investigaciones Geograficas, Universidad Nacional Autónoma de México, n.54, p.114-139, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/redalyc/pdf/569/56905408.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

TEODÓZIO, D. M. **Do sertão à cidade** – Planejamento urbano em São José do Rio Preto: dos anos 50 aos anos 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – USP, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2008.

WATERMAN, T. **Fundamentos de Paisagismo**. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2010. 200 p.

Bibliografia

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução: Vinicius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009. 92 p.

AJARA, C.; MOTTA, D. M. Configuração da rede urbana do Brasil. R, Paran. Desenv., Curitiba, n.100, p.7-25, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/222/183>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

AZEVEDO, A. M. de. **Territorialidade e plano diretor em São José do Rio Preto**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2004.

BARRA, E. **Paisagens úteis**: escritos sobre paisagismo. São Paulo: SENAC/Mandarim, 2006.

BRAGA, R. **Cidades médias e aglomerações urbanas no Estado de São Paulo**: novas estratégias de gestão territorial. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/cidades%20medias%20e%20aglomera%C3%A7%C3%B5es%20em%20sp.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991. 145 p.

MELLO, M. C. F.; VASCONCELLOS, L. M. de. Re: atrás de, depois de... In: VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. (Org.). **Intervenções em centros urbanos**: objetos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2009.

MORAGAS, R. A. R.; MORAGAS, W. M. **Revitalização dos espaços públicos de lazer**: exemplo do Parque das Andorinhas – Presidente Prudente – SP – Brasil. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/270.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2011.

PARKS. **Project for Public Spaces** – Placemaking for Communities. Disponível em: <http://www.pps.org/>>. Acesso em: 21 set. 2011.

PARQUE DA JUVENTUDE. História Preservada. Purarquitectura. Disponível em: <

<http://www.purarquitetura.arq.br/projeto.php?id=9>>. Acesso em: 26 nov. 2011.

PEIXOTO, N. B. **Paisagens urbanas**. São Paulo: Senac, Marca D'Água, 1998. 347 p.

RIO, V. D.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (Org.). **Projeto do lugar**: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. 389 p.

SILVA, L. J. M. **O Estudo da Percepção em Espaços Urbanos Preservados**. Disponível em: <http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sustentabilidade_cidades/Luciene%20de%20Jesus%20Maciel%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 21 set. 2011.

SILVA, R. R. T. **Hell is here** – Parque Urbano Setorial SJRP: Uma Barreira Étnica Para a Sociedade. 2009. Trabalho Final de Graduação – Unifev, Centro Universitário de Votuporanga, Votuporanga.